Outono 98
Nº 87 – 2.ª Série
pp. 75-128

Um Mundo Privado de Sentido*

Zaki Laïdi

Professor de Ciência Política no Instituto de Estudos Políticos de Paris.
Investigador no Centre d'Etudes et de Recherches Internationales do CNRS.

* Este artigo corresponde à tradução dos capítulos VI, VII e VIII do livro de Zaki Laïdi, Un Monde Privé de Sens, Paris, Fayard, 1994, gentilmente autorizada pela © LIBRAIRIE ARTHEME FAYARD, 1994. Tradução de Maria Adelaide Cervaens Rodrigues.

CAPÍTULO VI

A PERDA DE ELOS ENTRE AS NAÇÕES

"O conflito, diz-nos Simmel, fixa o momento positivo que tece com o seu carácter de negação uma unidade[1]". Ele gera assim entre amigo e inimigo marcas conjuntas e partilhadas, desde que ambos respeitem certas regras e observem certos códigos: tal como em todos os grandes cismas, a guerra fria foi simultaneamente conflito e identidade. Durante quarenta e cinco anos esta identidade desempenhou um papel significativo na vida dos países. Pôs em confronto nações conduzidas por actores idênticos (os Estados), meios equivalentes (as armas nucleares) e acima de tudo objectivos concorrentes (a ideologia).

Hoje em dia o efeito de unidade desapareceu. Tal como noutros campos sociais, uma linha de conflito forte deu lugar a linhas de conflito dispersas e instáveis. Seja qual for a sua intensidade, estes conflitos difusos ou abertos têm a característica comum de escapar cada vez mais à lógica dos afrontamentos tradicionais entre Estados. Essa perda de sentido dos conflitos não é exclusiva do mundo dos Estados. Pode encontrar-se igualmente no mundo do trabalho, um mundo onde operários e empregados vivem em universos demasiado atomizados para que as suas reivindicações ou os seus combates se encaixem numa lógica de conjunto que lhes conferiria um sentido forte e colectivo[2]. A crise do elo entre as nações e a crise do elo social avançam hoje em paralelo. Ao lançar a ideia de "nova ordem internacional", os seus promotores desprezaram esta ligação sociológica essencial entre conflito e identidade. Supôs-se que seria possível substituir rapidamente uma identidade construída com base num conflito por uma identidade colectiva baseada na cooperação e na interdependência. Implicitamente, a hipótese da nova ordem mundial assentava na existência de uma relação complementar entre o consenso planetário muito superficial, subsequente à queda do muro de Berlim, a mundialização dos problemas e a universalização da problemática da "democracia de mercado". A guerra fria era assim percebida como um véu que tinha obscurecido a realidade do mundo, e o seu termo como uma vasta operação de revelação da realidade iluminada pela Razão.

Ao pôr de lado as clivagens ideológicas, o pós guerra fria era suposto restaurar uma espécie de contrato natural entre as nações. Ora esta

atitude parece contudo esbarrar com dois obstáculos importantes. O primeiro advem dos "efeitos em cadeia" – políticos, sociais e psicológicos – decorrentes do que se designa a "privação de inimigo". O segundo resulta da dificuldade, paradoxal, em criar um elo social forte entre as nações num momento em que se encontram cada vez mais interdependentes.

A privação de inimigo

A relação com o Outro constitui um dos problemas fundamentais de qualquer sociedade humana organizada. Para se definir a si própria, tem necessidade de se construir ou de encontrar uma exterioridade, um estranho. Prolongando a análise de Simmel sobre a relação entre conflito e identidade, Carl Schmidt chegou mesmo a afirmar que a discriminação entre amigo e inimigo está na base do político e constitui a razão de ser dos Estados, detentores do *jus belli*[3].
O poder de identificar o inimigo seria assim o acto político por excelência e a própria condição que confere um sentido à organização das relações entre os homens. Com este inimigo a relação não será sistematicamente conflituosa; nem resultará também na guerra aberta. Mas terá com ele em permanência uma relação de exterioridade que exclui uma acomodação durável e não afasta a eventualidade de uma guerra:

> "O inimigo político não será forçosamente mau na ordem da moralidade ou inconveniente na ordem estética. Não desempenhará forçosamente o papel de um concorrente ao nível da economia; poderá mesmo, eventualmente, ser vantajoso fazer negócios com ele.(...)
> "Acontece simplesmente que ele é o Outro, o estranho, e que os conflitos com ele não serão resolvidos nem por um conjunto de normas gerais (...) nem pela sentença de um terceiro[4]".

Não existe por isso fatalidade ou necessidade histórica em construir um novo inimigo. O exemplo histórico da China antiga mostra aliás que se o inimigo é gerador de identidade, a privação de inimigo pode conduzir à exploração de outras fontes de sentido, de outros mecanismos de identidade.

O modelo histórico da China antiga

Na história da China, há dois grandes modelos de articulação do sentido e do poder[5]. O primeiro modelo situa-se entre os séculos IV e III A.C. No início, a China não constitui um todo unificado. O seu imperador – o filho do Céu – encontra-se desprovido de qualquer autoridade política. O império compõe-se de um mosaico de feudos senhoriais que estão permanentemente em guerra entre si e que procuram impor-se uns aos outros. Num desses reinos – o de Qin – um ministro tenta, no séc. XIV A.C., uma verdadeira brecha ideológica ao teorizar a hegemonia do reino de Qin sobre os outros reinos.

Para Shang Yang, o fundamento do domínio deve basear-se na manipulação. Mas, contra o que poderia pensar-se, a manipulação não se define como um exercício refinado assente no engano, no equívoco, na incerteza ou opacidade. Bem pelo contrário, tende a fundamentar o domínio na brutalidade dos seus objectivos. Ou, por outras palavras, a ambição política do *legismo* – a teoria de Shang Yang – consiste em fazer aceitar aos povos chineses que o poder do Estado é necessário, inelutável, mesmo que haja antagonismo absoluto entre os seus interesses e os do povo, mesmo se o bem do Estado é um mal para os outros, mesmo se o domínio de um Estado transforma os súbditos em escravos. Não se trata mais de dominar pela astúcia, mas de dominar eliminando-a. Para lá chegar, o domínio deve ser interiorizado por cada família e não imposto pelos agentes da ordem pública, porque, segundo Shang Yang, "quando a ordem é assegurada por cada família, o soberano reina sobre o universo[6]". Para tornar implacável e previsível a aplicação das leis, o sistema legista apoia-se sobre dois recursos fundamentais: a agricultura e a guerra. A primeira deve "atestar as barrigas para melhor esvaziar as cabeças", e permitir igualmente a constituição de excedentes indispensáveis a qualquer esforço de guerra. O que faz a força deste sistema, é o elo estreito que estabelece entre a riqueza e a guerra. A constituição de excedentes agrícolas como base da condução da guerra tem por objectivo reforçar o poder do reino ao mesmo tempo que controla estreitamente a população. O trabalho nos campos, tal como a conscrição, são os únicos quadros sociais nos quais vivem então os chineses do reino de Qin. Neste edifício da dominação, tudo ou quase tudo parece ter sido previsto, incluindo o risco de negligência social consequente da acumulação excessiva de excedentes agrícolas.

Para prevenir este risco, o *legismo* considera dever destruir, para além de um certo limite, todos os excedentes acumulados. Ao mesmo tempo, evita o risco de ver aparecer grupos de mercadores autónomos que viriam contestar o sistema de ferro assim construído. A perenidade da ordem política era portanto teoricamente assegurada por uma destruição programada e parcial de todos os excedentes agrícolas, de modo a permitir a retoma do ciclo de produção e guerras com os outros reinos. A guerra é simultaneamente um fim e um meio.

Com efeito, neste sistema tudo estava previsto. Tudo salvo a eventualidade mais remota: a de um êxito completo deste regime político a um ponto tal que todos os outros reinos chineses ficassem submetidos, que a unidade da China fosse realizada e desaparecesse em permanência o risco de guerra.

E foi precisamente o que ocorreu. No ano 221 A.C., um soberano Qin conseguiu submeter toda a China e unificá-la. Mas, logo que se consolidou a paz, o poder do reino estiolou, pois o cimento que fazia a sua coesão (a existência de um inimigo) tinha desaparecido. Os excedentes agrícolas acumularam-se e deixaram de ser destruídos. A guerra perdera a razão de ser uma vez que a unidade da China estava assegurada.

O sistema soçobrou então, porque o império já não conseguia produzir um sentido. Continuava certamente a ser confrontado com inimigos não chineses a que chamava Bárbaros. Mas estes encontram-se tão afastados do centro que acabam por se tornar abstractos. Não podem em qualquer caso preencher a função mobilizadora que foi a da guerra contra os reinos. Esta privação de inimigo traumatizou as elites. Confrontadas com a brutalidade do colapso do império que acabava de realizar a sua unidade, passaram a reflectir colectivamente sobre os meios que pudessem voltar a conferir um sentido ao sistema político, para lhe permitir escapar aos inconvenientes do sistema legista. Em resumo debruçaram-se sobre a mesma questão sobre a qual se debruçam todos os grandes Estados desde o fim da guerra fria: como construir uma identidade sem a existência de um inimigo? Como definir um elo entre nações fora da guerra?

A estas duas questões fundamentais, Jia-Yi tenta responder a partir do final do século II A.C., *"inventando"* uma política do sentido que estruturará a sociedade chinesa até ao século XIX.

Começa por tirar as lições do voluntarismo legista e retoma a tradição confucionista privilegiando desta vez o rito à lei. Permanece-se sempre no quadro de uma adequação entre sociedade e natureza. Mas a

natureza é mais sinónimo de convenções do que de brutalidade. Ao sistema legista sucede um sistema ritualista que propõe uma estrutura de sentido colectivo construída sobre um nível duplo: o da sociedade e o do Estado. Ao nível do Estado, o sistema ritualista constrói uma nova simbólica que se exprime no *Mingtang*, o palácio das Luzes. Este surge como uma representação do mundo com o seu tecto redondo – como o Céu – suportado por uma base quadrada – a Terra – comportando quatro fachadas orientadas segundo quatro direcções à volta de uma sala central. (...) O imperador deslocava-se para esta morada a fim de corresponder à estação do ano conveniente e de indicar, através da sua posição a configuração do momento (...) A deambulação geral do soberano tecia a trama de um tempo sazonal convertido em norma litúrgica (...). Assim, o soberano, pelas suas peregrinações num edifício que representa o universo (...), difunde e segrega por redução simbólica a configuração estruturante da natureza. Cumpre desta forma um duplo acto de educação e de governo[7].

O soberano torna-se assim o símbolo de uma norma celeste difundida não só em toda a sociedade chinesa, como também para além dela, entre os "Bárbaros". São os gestos rituais do soberano, registados nos éditos reais e difundidos pelas escolas, que revelam um sentido. Este exprime o movimento celeste por meio dos ritos. É o rito que fundamenta o poder na medida em que permite a coesão da sociedade a partir da família, e ainda a difusão de uma mensagem civilizadora para os Bárbaros, que também são chamados os "crus" pois vivem num mundo onde o Céu já não cobre a Terra. Há no ritualismo um sentido para si próprio e um sentido para os outros, um sentido instrumentalizado colocado ao serviço de uma potência. O sentido é pensado politicamente para assegurar a perenidade do império, para escapar à definição identitária baseada numa relação demasiado forte, mesmo exclusiva com o inimigo. O facto deste sistema de sentido se ter mantido desde o século II A.C. até ao século XIX (ou seja, até à penetração ocidental) enquanto o sistema legista não durou mais de dois séculos, permite tirar quatro lições provisórias mas talvez essenciais à compreensão do pós guerra fria:

- de maneira implícita ou explícita, as sociedades humanas e políticas têm todas necessidade de sentido para se organizarem e sobreviverem perante os outros;

- a construção de sistemas de sentido baseados na existência de um inimigo total tem virtudes mobilizadoras fortes, mas igualmente muito vulneráveis a longo prazo;
- não é inevitável construir um sistema de sentido assente apenas na existência de um inimigo total. A construção de uma exterioridade baseada em valores, porque mais fecunda, é preferível à confusão apressada facilmente estabelecida entre exterioridade e inimigo, entre a indispensável definição de si e a inevitável estigmatização do Outro;
- os sistemas de sentido têm necessidade, para se construírem, de assentar numa combinação de actos voluntários e de valores políticos ou culturais preexistentes.

O futuro da guerra

O colapso da União Soviética teve lugar a um ritmo e em condições excepcionais que recordam as circunstâncias do colapso do primeiro império chinês. Assistiu-se não só ao desaparecimento de um regime cuja legitimidade repousava na eventualidade da guerra ou pelo menos na permanência do conflito. Mas, para além disso, este desaparecimento efectuou-se sem transição alguma, como se não existisse situação intermédia possível entre a sua postura agressiva e o seu completo colapso. Esta perda de sentido subsequente à privação de inimigo afecta em primeiro lugar o instrumento de acção mais crucial da guerra fria: o aparelho militar. Havia então no Ocidente um consenso social bastante amplo para aceitar um esforço de guerra proporcional à percepção da ameaça. Para além disso existia também uma relativa unidade quanto aos fins últimos da guerra. Pode dizer-se que havia coesão, articulação entre a potência militar (meios) e a política militar (objectivos), entre o sentido e o poder. Com o colapso do "inimigo total", esta articulação desfaz-se em pedaços. As políticas militares não têm, nem no Ocidente nem no Oriente, a possibilidade de se reciclarem na definição de um "novo inimigo" com as virtudes de coerência que o modelo soviético tinha para as sociedades ocidentais. Com efeito, seria ilusório e superficial acreditar que a definição de um novo inimigo – muçulmano ou japonês – voltaria instantaneamente a dar sentido às relações internacionais, restabeleceria um elo forte entre as nações. Porque, por detrás do colapso da União Soviética,

colocam-se duas interrogações essenciais: a do futuro da guerra e do poder militar nas relações entre grandes potências, e também a do futuro das relações entre Estados num sistema mundial que já não se limita apenas a eles.

A guerra impensável entre nações democráticas

Com a morte da URSS, passou a ser possível encarar uma transformação das regras do jogo mundial sem que essa transformação seja naturalmente precedida por um afrontamento militar generalizado entre as potências dominantes do mundo. É certo que a decomposição do antigo império soviético e a ascensão do nacionalismo russo tornam difícil a construção de uma percepção colectiva baseada na ideia de uma pacificação das relações mundiais. Contudo, a soma dos conflitos em curso ou futuros não é comparável com os custos potenciais de um holocausto consecutivo ao afrontamento nuclear entre as duas antigas grandes potências. É por isso que, se o mundo do pós guerra fria parece muito afastado do *Projecto de paz perpétua* de que falara Kant, o fim da União Soviética confirma a propensão histórica das grandes nações desenvolvidas a não recorrer à guerra para regular os seus diferendos[8]: por exemplo, hoje é difícil imaginar a eventualidade de um conflito militar entre a França e a Alemanha, entre a França e a Inglaterra ou entre os Estados Unidos e o Canadá. Neste processo, combinam-se e interactuam três elementos: a pertinência decrescente dos ganhos territoriais como fonte do reforço do poder de uma nação, o peso bem conhecido das interdependências económicas, a convergência crescente dos sistemas políticos. Tomados separadamente, nenhum destes factores garante o não recurso à força. Albert Hirschman sublinhou que a interdependência económica podia ser uma fonte de guerra[9]. Por outro lado, os fenómenos económicos de mundialização ou de desmaterialização não estão vocacionados para abolir, como frequentemente se crê, os conflitos de territorialidade simbólica (localização da sede do Banco Central Europeu e das diferentes instituições criadas pelo Tratado de Maastricht...)[10]. Mas, tanto nestes conflitos como noutros, o recurso à força parece impensável por razões de custo, de eficácia e de valores[11].

Mesmo se a Rússia não segue os contornos mais acabados de uma "democracia de mercado", mesmo se a tentação de recorrer ocasional-

mente à força militar constitui para os seus dirigentes um importante trunfo político, designadamente para "agrupar" os russos vivendo fora da nova Rússia, está fora de questão que ela possa reconstruir-se e repensar-se na base única da hostilidade ao Ocidente. Neste vasto país, a infinita fragmentação das representações e das identidades é demasiado forte, demasiado avançada para que, por simples efeito mágico, um actor político ou religioso venha ocupar-se da crise do sentido[12]. Este processo parece tanto mais difícil de gerir quanto é talvez pela primeira vez na história moderna da Rússia que a construção de uma identidade nacional ou política não pode para se reconstruir apoiar-se, na existência de uma forte ameaça exterior. Se existe ameaça, ela vem antes de tudo dos próprios russos quando é certo que os Estados Ocidentais, e singularmente os Estados Unidos, conduziram, nos primeiros anos do pós guerra fria, uma política sistemática de humilhação política da Rússia, política essa de que se começa apenas a tomar consciência. Curiosamente, poucas pessoas se ocuparam até hoje em medir as responsabilidades do Ocidente nas crispações nacionalistas russas.

Seja como for, com o colapso da União Soviética assistimos provavelmente ao alargamento do círculo das nações para as quais a guerra generalizada se tornou dificilmente concebível. Neste círculo tomam lugar não só o conjunto dos Estados democráticos ocidentais, mas talvez também certos espaços democratizados da América Latina. A renúncia simultânea do Brasil e da Argentina à arma nuclear são disso testemunho. Nesta parte do mundo, a baixa tendencial do recurso à força para regular as relações entre as nações deve muito à aparição de regimes democráticos que, mais do que em qualquer outro lugar, se constituiram contra os regimes militares.

Recorrer à força consiste de facto em reintroduzir os militares na arena política e em pôr em risco um jogo democrático sempre precário. Constata-se por outro lado – particularmente no Brasil – que os desregulamentos económicos e sociais recriam em certos sectores da população uma procura da ordem e portanto o regresso dos militares ao poder[13].

A experiência democrática é demasiado frágil e demasiado recente para que por si só o recurso à guerra possa ser considerado impensável. Assim, seria errado minimizar a sua influência ao aceitarmos que este factor se combina com outros que apontam no mesmo sentido. Há com efeito um desaparecimento dos conceitos universais aos quais as nações latino-americanas, por exemplo, poderiam recorrer para legitimar um conflito

armado. Mesmo o recurso "nacionalista" está hoje seriamente abalado, quer por ser identificado com o poder militar, quer porque, fundamentalmente, ninguém acreditar que uma política nacional de isolamento possa fazer avançar a solução de qualquer problema colectivo[14]. Deste ponto de vista, as políticas de reformas económicas liberais contribuíram fortemente para fazer saltar os ferrolhos nacionalistas ainda existentes na América Latina[15]. De modo caótico, mas provavelmente crescente, os Estados latino-americanos parecem convergir na necessidade de atenuar não só a sua fragmentação política pelo repúdio da guerra, mas igualmente em a transcender pela dinâmica do reagrupamento económico. Mas, ao contrário do que prevalecia nos anos sessenta, a procura de uma certa unidade não se fundamenta mais sobre uma identidade política voluntarista. Define-se e constrói-se na base de uma necessidade: unir-se para prevenir uma desclassificação económica à escala mundial.

Sobre todos estes factores insere-se um último, que não é o menor: na América Latina como no resto do mundo, a maior parte das apostas tendem a pensar-se, colocar-se e resolver-se a níveis que se sobrepõem ao quadro nacional estatal. É o caso dos grandes problemas sociais – droga, criminalidade, ambiente – ou dos grandes problemas económicos – liberalização económica, endividamento. Perante estes desafios, a mobilização de certos meios militares e o recurso à força não são naturalmente excluídos. O papel crescente desempenhado pelos militares na luta contra os narcotraficantes é disso exemplo. Mas, mesmo aí, existe, em termos de sentido e de simbólica política, uma diferença fundamental entre sistemas sócio-políticos que fazem da eventualidade do recurso à força armada contra um inimigo declarado um elemento central da sua identidade política (como foi o caso durante a guerra fria) e regimes políticos que a usam de modo ocasional ou duradouro para combater adversários que contestam a sua autoridade.

Por toda a parte onde se torna cada vez mais impensável, a guerra conduz as nações a inventar necessariamente outros meios de identificação que não os da "nação em armas". É por exemplo notável ver como e quanto o fim da guerra fria põe em causa uma parte da identidade política da Suíça, baseada embora, na neutralidade. Os vivos debates em curso neste país, sobre o futuro do exército de conscrição sublinham a extrema dificuldade em manter uma tensão colectiva forte num contexto de enfraquecimento da ameaça de Leste e da construção política da Europa. O desaparecimento da ameaça está assim estreitamente ligado à impos-

sibilidade de prosseguir uma política de defesa assente em bases estritamente nacionais.

Guerra e identidade

O que confirma o fim da guerra fria, não é certamente a guerra enquanto que modalidade de recurso à força entre os homens, mas o esgotamento do seu valor como instrumento de construção de uma identidade colectiva nacional suportada pelo Estado. O que recua tendencialmente, é menos a guerra enquanto recurso à violência armada do que a guerra enquanto instrumento de resolução de diferendos entre as nações. Se é difícil ver e ler – a não ser de modo muito fragmentado – o pós guerra fria como a emergência de um sistema kantiano baseado na elevação da consciência universal de um bem comum, parece adquirido que o nome do pós guerra fria se lerá cada vez menos como um sistema *rousseauista* em que a guerra se definia fundamentalmente como uma relação de Estado a Estado[16]. Haveria assim uma relação estreita entre o declínio relativo da violência interestadual e o enfraquecimento do papel dos Estados na dinâmica mundial. Esta realidade não faria senão confirmar o que a sociologia histórica sempre tem sublinhado: o papel decisivo da guerra na criação dos Estados[17].

O ressurgimento de grandes conflitos regionais interestaduais não é igualmente de excluir. Paradoxalmente, é aliás na Ásia – onde a prosperidade económica cresce indiscutivelmente – que este risco é maior, por força da ausência de uma identidade regional forte e da impossibilidade para um actor de se impor naturalmente aos outros (Japão, Índia, China, Coreia). Mas a partir de agora é improvável ver construírem-se ordens regionais cuja estrutura teria sido clarificada ou simplificada por um afrontamento militar clássico entre Estados.

Uma vez mais, este recuo das guerras interestaduais clássicas não é prenúncio nem de um apaziguamento dos conflitos nem do seu recrudescimento, mas fundamentalmente de uma perda de sentido. Por outras palavras, os conflitos armados serão interpretados como tendo cada vez menos um significado político imediato e traduzível em relação a uma representação global do mundo.

Contrariando a ideia da nova ordem mundial, os conflitos regionais tendem crescentemente a inscrever-se numa relação mais frouxa com os

Estados e as categorias do universal. A desvinculação do universal significa que os actores podem prosseguir os seus fins de guerra sem terem de se apoiar numa problemática universalista, sem recorrer a discursos novos ou estruturados, indispensáveis ao prosseguimento do combate. Os rebeldes angolanos da UNITA em Angola ou os Khmers Vermelhos no Camboja continuam a luta contra os poderes instituídos apesar do contexto mundial que os aguentava anteriormente se ter desintegrado. A *desideologização* do mundo dispensa-os a partir de agora de produzir um discurso político articulado para os ajudar a mobilizar apoios internacionais de tipo político ou militar.

A contrapartida desta perda de referências políticas e universalistas é uma violação sem precedente das regras da guerra, principalmente a associação crescente de civis às lógicas da guerra. Na quase totalidade dos conflitos regionais que sobrevivem à guerra fria mas em contextos radicalmente modificados (Angola, Camboja, Afeganistão), passou-se de uma dinâmica de internacionalização balizada pelas superpotências a uma internacionalização construída por vezes no vazio, de uma desvinculação universalista a uma vinculação particularista. A predação económica, o poder bruto ou a inércia da guerra são tanto meios como fins da guerra: não se faz necessariamente a guerra para atingir objectivos previamente definidos, e é fazendo a guerra que se encontra a motivação necessária à sua continuação. Nestes casos – particularmente numerosos – a guerra não é mais a continuação da política por outros meios – como no esquema clássico de Clausewitz – mas por vezes a expressão primária de formas de acção ou de organização em busca de sentido. Passou a não ser – ou em todo o caso é cada vez menos – uma instituição cuidadosamente controlada ou manipulada pelos Estados[18]. É antes um processo que revela a desregulação interna de certas sociedades e as perdas de sentido que daí decorrem[19]. A capacidade de mobilizar apoios de tipo étnico ou regional é muito mais premente do que a procura de apadrinhamentos políticos externos. É por isso que o fim do apoio sul-africano à UNITA ou do apoio chinês aos Khmers Vermelhos não modificou radicalmente a força destes movimentos[20].

Esta desvinculação ideológica dos conflitos está contudo estreitamente ligada a um outro processo, igualmente importante: a desvinculação estatal. Para prosseguir a guerra e conquistar o poder, importa antes de tudo entrar e manter-se no mercado da guerra, entendido no sentido do lugar onde se trocam armas por recursos mais ou menos raros.

No conflito cambojano, o factor externo permanece essencial à sobrevivência política dos Khmers Vermelhos. Mas as considerações geopolíticas tradicionais ou ideológicas são suplantadas por factores económicos, e os actores estatais por uma associação complexa de actores sociais, de facções políticas ou militares. É esta desvinculação estatal e universalista, em que se misturam lógicas públicas e privadas, onde se cruzam considerações económicas e cálculos políticos que nos leva a falar, de modo crescente e aproximado, de "mafias", para designar processos e actores com os quais apenas começamos a familiarizar-nos. A aliança dos militares e dos homens de negócios tailandeses manifesta-se não só no Camboja, mas também no Laos, na Birmânia e amanhã talvez no Vietnam[21].

Por isso, a desvinculação estatal dos conflitos não deve levar-nos a enterrar demasiado depressa o jogo sempre complexo dos Estados. A lógica de predação a que se entregam os actores tailandeses é perfeitamente compatível com um projecto hegemónico clássico na região: a reconstrução de uma grande Tailândia[22].

Para além disso os Estados desempenham paradoxalmente um papel crescente nesta desvinculação estatal dos conflitos. Em certos casos, como no Camboja, a privatização da guerra serve de fundo não só ao enriquecimento dos dirigentes tailandeses mas também ao seu projecto hegemónico. Noutros casos, são os Estados, ávidos de recursos financeiros, que alimentam sem moderação nem princípios políticos os mercados privados da guerra. A Rússia, as antigas repúblicas soviéticas ou os antigos países da Europa de Leste contribuem grandemente para essa dinâmica de desregulação da guerra à escala internacional. Nessa região, sentido e poder estão ainda profundamente separados.

Compreender-se-à pois facilmente que, no mundo do pós guerra fria, o problema central da guerra põe-se menos em termos de intensidade do que de identidade. Ou, por outras palavras, o que está em causa não é tanto perguntar se caminhamos para um mundo mais pacífico ou mais conflituoso mas sim poder atribuir um significado, um sentido, ao emaranhado de espaços de guerra e de espaços pacificados.

CAPÍTULO VII

O ELO SOCIAL MUNDIAL (I)
CONFLITOS SEM IDENTIDADE

Se, com o fim do grande cisma Leste-Oeste, a guerra parece dever mudar de identidade, é justamente porque deparamos com uma mutação profunda do jogo mundial. De um sistema largamente conduzido e regulado apenas pelos Estados, evoluimos para um sistema social mundial onde não há a partir de agora fronteira entre o interno e o externo, o que é válido tanto para os Estados que perderam o inimigo, como para as empresas que têm de enfrentar a globalização do mercado e ainda para os indivíduos, que já não podem subtrair-se ao processo de mundialização. Mas este sistema social mundial parece longe de estar plenamente constituído e organizado. As dinâmicas económicas ou sociais que o atravessam encontram dificuldades em organizar-se como sistema. Dito de outro modo, os actores múltiplos e os problemas que se manifestam no mundo não mantêm sempre entre si relações estáveis, identificáveis, regulares ou complementares[1]. Ao mundializar-se, o elo social desregula-se.

No seio deste sistema social mundial, a questão tradicional da paz e da guerra entre nações permanece bem presente. Contudo, esta questão não permitirá mais a atribuição de um sentido à realidade do mundo, e a paz deixará de garantir por si só a segurança desse mundo. Por exemplo, slogans como "o mundo vive em paz" serão cada vez mais difíceis de resultar, mesmo num plano regional, não só porque as realidades do nosso mundo serão cada vez mais contrastantes, mas também e sobretudo porque o estado de paz – tecnicamente a não beligerância – identificar-se-à cada vez menos com a segurança de uma nação. A Europa comunitária, por exemplo, vive intensa e simultaneamente com a ideia de que a guerra é hoje impensável entre nações da União Europeia e é obrigada a constatar que a guerra troa na Europa (Jugoslávia). O carácter extremamente contrastado e simultâneo destas duas percepções complica à evidência a construção de representações estáveis e amplifica o sentimento de insegurança: poder-se-à viver em paz sentindo-se ao mesmo tempo inseguro? Por isso o que entra em jogo, é talvez menos o equilíbrio estratégico clássico entre unidades estatais concorrentes do que o equilíbrio de sistemas sociais mundializados, desejosos de encontrar articulações novas entre sentido (identidade) e poder (recursos). Ver-se-à assim emergir

um número considerável de questões, de problemas e de crises que afectarão de forma duradoura o equilíbrio do sistema social mundial, sem por isso subverter a tradicional relação de paz e guerra entre as nações. Um desastre ecológico, uma epidemia, uma pirataria informática mundializada, manipulações financeiras ou genéticas, operações de desinformação ou deslocalizações económicas em massa são outras tantas fontes potenciais de desequilíbrios que se acomodarão perfeitamente com um estado de paz entre as nações. Podemos levar o raciocínio ainda mais longe e dizer que a manifestação de alguns destes desequilíbrios implica necessariamente a existência de um espaço interestadual pacífico e regulamentado. Os traficantes de droga e as mafias têm necessidade da estabilidade do mundo ocidental para fazer frutificar os seus benefícios. Raymond Aron pôde definir a guerra fria como uma relação dialéctica entre "paz impossível e guerra improvável". O pós guerra fria poder-se-ia definir como uma relação entre uma "pacificação imperfeita e uma segurança inatingível".

No início do capítulo anterior, dizíamos que a crise do elo entre as nações se assemelhava à crise do elo social no interior de cada nação. Precisamos a partir de agora de levar mais longe esta observação e mostrar que esta coincidência não é fortuita, que a crise do elo entre as nações não é de facto mais do que a expressão da crise do elo social mundial. Actualmente é impossível dissociar os campos sociais, viver na ficção de um "espaço internacional" destacado do "espaço social". Decorre daqui não só uma interacção crescente entre actores sociais (Estados, empresas, associações, etc.) – o que já é conhecido desde há muito tempo – mas uma analogia crescente nos seus modos de acção – o que é mais recente. Esta analogia não é fortuita, mas antes a expressão do aparecimento de um sistema social mundial.

Choca com efeito ver que a dificuldade que as nações têm hoje, no pós guerra fria, em estabelecer um elo entre si, é acompanhada por uma dificuldade paralela que os actores sociais (operários, sindicatos, patronato) têm em pensar novas relações para além do imaginário da luta de classes e portanto para além da guerra fria. Tal como os Estados que devem repensar totalmente a sua relação com a segurança para além do binómio "paz/guerra", os actores sociais são obrigados a pensar a segurança do mundo do trabalho para além do binómio "trabalho/desemprego". Há no íntimo de cada nação, tal como nas relações entre as nações, um repor em causa do fundamento e da finalidade do elo social, se admitirmos que a relação com a guerra simbolizava em termos gerais a relação com o

Outro num sistema inter estados, e que a relação com o trabalho simbolizava em termos igualmente muito gerais a relação com os outros no mundo do trabalho. Por natureza, nem a guerra nem o trabalho desaparecem naturalmente do campo do pensável. Na relação com a guerra tal como na relação com o trabalho já não existe a função identitária explícita que havia entre as nações e as sociedades. Desapareceram as virtudes "englobantes" que essas relações exerciam na vida colectiva das sociedades e das nações.
Esta evolução exprime-se e manifesta-se pelo menos em dois planos:

- por uma separação entre conflito e identidade;
- pela procura prioritária de uma identidade que relegue para segundo plano a ideia de projecto colectivo.

Os conflitos estão privados de identidade

Na separação entre conflito e identidade, o défice ideológico desempenha um papel essencial. Mas esta explicação não é de modo algum suficiente. O enfraquecimento das identidades de conflito afecta também os sistemas social-democratas baseados no compromisso, confirmando assim que a perda de sentido dos conflitos sociais (como de resto dos conflitos militares) é menos um caso de intensidade do que de identidade. Os conflitos estão mais do que nunca presentes, mas não é possível lê-los com nitidez. Dois factores conjugam-se e alimentam-se mutuamente: a mundialização das actividades e o progresso tecnológico.
A mundialização tende com efeito a destruir cada vez mais a unidade de lugar, o centro identitário e o quadro espacial comum nos quais os actores sociais se conhecem e se reconhecem. As actividades de produção, de investigação, de contabilidade ou de formação encontram-se dispersas, acentuando a desvinculação territorial das empresas. Esta desintegração é avivada pelo desenraizamento da competição económica que exacerba a concorrência entre os territórios (deslocalização) e cada vez mais entre centros de lucro no seio de uma mesma empresa. Com o contributo da revolução da informação, os custos de desmantelamento ou de transferência das actividades de uma região para outra ou de um país para outro tendem a diminuir[2]. Actualmente uma empresa consegue, por exemplo, organizar a sua actividade de produção na base de um dia de trabalho de

vinte e quatro horas sem que para isso tenha de recorrer ao trabalho nocturno: basta-lhe transferir electronicamente os seus dados de produção para um país que pertence a um fuso horário diferente[3]. Em termos de sentido, a consequência fundamental desta evolução é colocar a relação entre mundialização e universalidade numa base cada vez mais antagónica sem para tal criar uma nova identidade de conflito estável e englobante. O sentimento de pertencer a um mundo comum não implica a partilha de um sentido comum[4].

Enquanto os conflitos sociais podiam encontrar o seu prolongamento no imaginário da luta de classes à escala mundial, a mundialização instala tanto o sentimento de vulnerabilidade profissional, como a percepção de uma escolha inelutável entre a preservação do seu interesse e o de um Outro, indefinível ou flutuante. Por isso, a recomposição do conflito social em novas bases identitárias fundamentadas numa clivagem entre o nacional e o mundial parece muito improvável. Por um lado porque à medida que a relação com a mundialização é vivida pelas nações em termos mais conflituais, a tensão e as arbitragens a ela ligadas tendem a repercutir-se no plano nacional, sob a forma de uma oposição – ou pelo menos de uma tensão – entre "sector protegido" (funcionários) e "sector exposto" (sector privado). Apesar do crescimento do sentimento geral de insegurança económica, ele é sentido de forma muito desigual, precisamente conforme se trate do sector exposto ou protegido[5].

Por outro lado, partindo do princípio de que esta reconstrução da identidade pelo conflito possa operar pela vertente da mundialização – como o sugeriu o debate sobre o GATT e a cultura em 1993 – , ela não poderá de forma alguma realizar-se na base de uma clivagem entre profissões ou entre actores sociais, porque a fragmentação do mundo do trabalho provocada pelo progresso tecnológico é considerável. A revolução da inteligência e os progressos da robotização arrastaram a desclassificação de um grande número de profissões dotadas de uma forte identidade (o mineiro ou o siderúrgico, etc.). Provocam deste modo uma recomposição profunda e global dos assalariados e das profissões e, em consequência, a progressão das profissões do sector de serviços em detrimento dos empregos industriais. Simultaneamente, a ligação entre o homem e a máquina desapareceu a favor da hiperespecialização das profissões que perturba a sua unificação simbólica e acelera a transformação dos sistemas clássicos de produção em massa reforçando as formas de trabalho parcial ou temporário. Por se identificar cada vez mais a um serviço e

cada vez menos a uma máquina o trabalho tem tendência a tornar-se abstracto. Fala-se aliás sempre mais em emprego e menos em profissão, como se se tratasse mais de conquistar uma posição na hierarquia do que possuir uma competência ou uma qualificação fornecedora – como tal – de identidade[6]. Este défice de sentido tem uma consequência paradoxal, socialmente desestabilizadora: leva a considerar o trabalho, o emprego, como uma obrigação que a sociedade não é capaz de satisfazer, no momento em que o Estado tem tendência para libertar a sua responsabilidade e limitar os seus compromissos[7]. Neste domínio como em outros, a acuidade económica e social de um problema (o emprego) é inegavelmente amplificada pela dificuldade que os actores têm em representar a sua realidade, em simbolizar o seu presente e o seu futuro.

A crise do sentido ou a dificuldade em pensar a unidade

Os actores sociais encontram-se assim confrontados com esta manifestação da crise do sentido: apercebem-se das diferenças que os separam uns dos outros na formação de uma identidade, mas têm dificuldade em formalizar essa diferença, em sistematizá-la. Ao mesmo tempo, a necessidade profunda que por vezes experimentam em se unirem, em reconstituir as identidades colectivas perante tantas mudanças e desafios depara com a dificuldade em pensar a sua unidade.

Esta dificuldade simultânea em pensar a diferença e a unidade manifesta-se noutros campos sociais, e singularmente no campo religioso onde a questão do sentido é essencial. No mundo cristão, por exemplo, as iniciativas ecuménicas sentem a realidade deste obstáculo. Católicos e ortodoxos reconhecem muito naturalmente o carácter menor das suas diferenças teológicas, mas esta constatação comum conduz paradoxalmente a uma certa desilusão. "Entre católicos romanos e ortodoxos, observa Christian Duquoc, as divergências teológicas são menores. Mas volta-se constantemente a elas sem compreender que são metáforas de uma separação de facto[8]." Por outro lado, a ideia de fim ou de totalidade que implica por vezes a "unidade" é de natureza a acentuar as diferenças reais entre instituições religiosas preocupadas com a coerência e práticas religiosas dispersas. Será interessante constatar a este respeito que o Conselho Ecuménico das Igrejas admite que o fim da guerra fria modificou a representação que tinha do ecumenismo. "O ecumenismo, decla-

rava recentemente o pastor Kaiser, estava ligado a uma visão global do mundo onde os particularismos constituiriam outros tantos obstáculos a ultrapassar. Em 1993, passam a ser reivindicados"[9]. A prova disso é que se as igrejas pensam por vezes em unir-se, os fiéis não pensam senão em diversificar as suas práticas e as suas filiações.

Assim, qualquer que seja o domínio ou o campo social considerado, logo que se tenta recompor conflitos eclodidos ou comportamentos em torno de um eixo central e mobilizador, este parece esquivar-se. Até porque os conflitos não se resumem mais a jogos de actores claramente identificáveis. Inscrevem-se em processos, em encadeamentos difíceis de descodificar. A dificuldade em pensar e em combater a exclusão resulta do facto de os excluídos apresentarem perfis heterogéneos, de serem mais as vítimas de lógicas de situações do que de lógicas históricas ou sociais determinadas[10]. É a razão pela qual a exclusão é identitariamente desestruturante enquanto que a exploração era identitariamente estruturante[11]. Reivindicava-se o facto de ser explorado; assume-se dificilmente a situação de excluído. A exploração não excluía a esperança, porque o "explorado" estava integrado. O excluído, esse luta contra a marginalização.

O que é chocante, é ver como esta problemática se reencontra nas relações internacionais, nas relações entre Estados ricos do Norte e Estados pobres do Sul. Nunca, por exemplo, a existência de um conflito Norte-Sul pareceu tão naturalmente impor-se aos actores do sistema internacional. Mas, logo que se trata de "formalizar" esta oposição, esbarra-se com a relatividade dos termos Norte e Sul, pois há já muito de Sul no Norte e de Norte no Sul. A ideia de conflito Norte-Sul remete aliás simultaneamente para a de um fosso entre ricos e pobres – reflectido pela pressão migratória – e para a de uma capacidade de recuperação económica – traduzida pela concorrência. Há igualmente vários Norte e vários Sul. E se entre o Norte e o Sul, as zonas de fricção são consideráveis, existem igualmente zonas de passagem muito numerosas de que as migrações, o comércio ou a difusão dos "media" são a ilustração quotidiana. Aí ainda, a lógica da situação prevalece sobre o determinismo sócio-histórico dos actores. Assim, embora o conflito Norte-Sul seja vivido de forma preocupante, tanto no Norte como no Sul, não consegue, nem no Norte, nem no Sul, recompor de modo decisivo as identidades políticas dos Estados. E se o sucesso económico da Ásia arruinou definitivamente as teorias do "bloqueio" económico do Sul pelo Norte, todos admitem que os modelos

asiáticos só serão reproduzíveis de forma muito imperfeita sob outros céus. Neste domínio, como em outros aliás, o debate ganhou em maturidade intelectual mas perdeu provavelmente em eficácia política. Por outras palavras, o facto de admitir a complexidade das coisas e das soluções conduz a uma fraca propensão para procurar soluções novas. No domínio da ajuda ao desenvolvimento, por exemplo, o malogro dos processos de transferência de recursos do Norte para o Sul conduz à desqualificação da própria ideia de ajuda mais do que à sua redefinição. Os apelos ao aumento da ajuda pública ao desenvolvimento soam no vazio. Convém dizer que o fim da guerra fria é acompanhado por uma desvalorização preocupante da própria ideia de redistribuição, que esta se exprime num plano social (ricos e pobres), regional (regiões integradas, regiões de segunda) ou internacional (países ricos, países pobres). A este respeito é chocante ver como a ideia de secessão ganha terreno não só em Itália, mas também no Brasil onde o Sul desenvolvido não vê porque motivo deverá continuar a partilhar a sua existência com um Norte miserável[12].

Entre os países do Norte, o conceito de "tríade" – conjunto Estados Unidos-Europa-Japão – parece singularmente pobre à vista daquilo a que se chamava a "solidariedade" atlântica. É um conjunto que do exterior, aparece integrado, mas que na realidade não constitui de forma alguma um sistema. A expressão "mundo ocidental" soa hoje quase falsa, porque a acumulação de divergências de interesses nos domínios da economia, da defesa e da cultura conduz a questionar se a base intangível de valores comuns não está também em vias de abrir fracturas. Mas, simultaneamente, europeus e americanos teriam dificuldade em formalizar as suas diferenças ou em reinterpretar os seus conflitos de interesses na perspectiva mais ampla e talvez mais mobilizadora de um conflito de valores. Nada de essencial opõe europeus e americanos. Mas é a definição daquilo que é essencialmente comum que falta precisamente encontrar. Por momentos os Estados preocupados com a sua legitimidade parecem tentados a ornamentar os seus conflitos de interesses assimilando-os a conflitos de valores. Mas, simultaneamente, receiam que uma tal atitude venha a fragilizar as ligações existentes de uma interdependência forte e largamente adquirida. Todos os actores do sistema social mundial encontram-se assim confrontados com a necessidade de se diferenciarem uns dos outros ao mesmo tempo que se situam num jogo de limitações comuns.

A esta primeira disjunção acrescenta-se uma segunda, igualmente paradoxal. Para existir e sobreviver identitariamente, importa encontrar as suas referências, cultivar a sua diferença, construir a sua exterioridade. Mas sabe-se igualmente que toda a construção identitária passa cada vez mais pela interacção com o Outro e menos pela santuarização. Transita mais pela interdependência do que pela introspecção. Os sociólogos do trabalho têm sublinhado bem que a identidade do trabalho é cada vez mais tributária de factores exteriores. A qualificação profissional não chega; convém juntar-lhe uma espécie de qualificação social que se pode definir como uma capacidade de comunicar com os outros, de se valorizar fora do quadro estrito do seu trabalho. "O trabalho diferencia-se cada vez menos dos outros jogos do poder e de influência nos quais participa qualquer indivíduo enquanto ser social[13]. Assim, não é suficiente viver as relações sociais num modo conflitual para esperar retirar desta relação uma identidade melhor definida ou mais clara.

Os Estados encontram-se confrontados com uma problemática praticamente idêntica. Poderão ocasionalmente encontrar no aparecimento de um adversário político uma nova figura do inimigo. Mas a "rentabilidade identitária" desta iniciativa será necessariamente limitada por diversas razões. A primeira é de ordem prática. O aumento da nipofobia, por exemplo permanecerá sempre muito relativo na medida em que o "consumidor nipófilo" contradiz o "cidadão nipófobo". A diabolização do Japão ou do mundo muçulmano não permitirá às sociedades ocidentais reencontrar facilmente uma identidade no pós guerra fria.

A segunda razão é ainda mais importante. Com o fim da guerra fria, assistimos a uma subversão profunda da relação com o Outro, que se situa bem para lá da questão da privação de inimigo. A questão reside na transformação daquilo a que Marcel Gauchet chama "a economia geral da alteridade". Na lógica da guerra fria tal como em todas as lógicas teleológicas que a precederam existia simultaneamente um Outro e um Além[14]. Hoje a realidade é singularmente mais complexa, porque perdemos simultaneamente o sentido da finalidade e a figura do inimigo que legitimava o esforço colectivo orientado para o acesso a esta finalidade. De repente, o campo da alteridade desloca-se do "exterior" para o "interior". Passa a partir de agora pelo interior das sociedades e pelo próprio interior dos indivíduos[15]. Privadas de referencias estáveis, as sociedades tornam-se "disponíveis" para deslocações internas, deslocações resumidas na expressão brutal: " O inimigo está em nós." É esta temática

que prolifera na Europa de Leste sob a expressão genérica e aproximada de "regresso ao nacionalismo". E é a sua extensão possível à Europa Ocidental que constitui problema. Essa oscilação é fundamental porque está no centro da crise do sentido. Com efeito será sempre mais difícil, quer para um indivíduo, quer para uma colectividade, admitir que a origem de um problema deve ser procurada em si e não no Outro. Ser-lhe-à por isso mesmo mais difícil aceitar que a fronteira entre si próprio e o Outro, entre o bem e o mal, apresenta um carácter cada vez mais relativo.

Isto explica amplamente porque motivo o desaparecimento de uma ameaça claramente identificável é acompanhado por um sentimento de vulnerabilidade muito forte nas sociedades ocidentais saídas vitoriosas no final da guerra fria.

CAPÍTULO VIII

O ELO SOCIAL MUNDIAL (II)
ACTORES SEM PROJECTO

Por conseguinte, todo o actor social encontra-se agora privado da possibilidade de ver o seu espaço de referência natural garantir-lhe de modo estável e sereno as raízes da sua identidade. Esta deve ser renegociada, porque deixou de estar naturalmente disponível. Esta "construção" da identidade vale, como se viu, tanto para os actores do mundo do trabalho à procura de qualificação social, como para os actores estatais obrigados a pensarem-se num sistema social mundial e não num único sistema de Estados.

Ainda há pouco, a entrada num mundo profissional equivalia à entrada numa ordem social. Eram aceites os ritos, os códigos e as limitações. As contestações sindicais mais radicais não eram as menos respeitadoras das regras desta ordem. Em contrapartida, recebia-se um estatuto, uma vinculação a um mundo rico de promessas, de "realizações" e de recursos. O mundo dos Estados não funcionou de maneira diferente. O facto de aceder à soberania política era quase um fim em si próprio (adesão simbólica às Nações Unidas). Conferia não só uma identidade ("Sou um país do Terceiro Mundo, do campo socialista ou do mundo livre"), mas um meio de reempregar localmente os recursos de uma identidade conferida de algum modo pelo próprio sistema internacional. Aos Estados não se colocava a "questão do sentido", porque a oferta de sentido era superabundante. É a razão pela qual um recurso como o terceiro mundismo exerceu efeitos poderosos sobre sociedades políticas desarticuladas pela história (Argélia) ou fragilizadas pela sua heterogeneidade cultural e política (Índia, Jugoslávia). É o que explica o fascínio que a "política internacional" exerceu durante muito tempo sobre os países do Terceiro Mundo. A partir do momento em que a identidade era conferida a um actor, em troca, poder-se-à dizer, da sua "filiação no mundo" (do trabalho ou dos Estados), este podia naturalmente projectar-se no futuro, desimpedir as vias e os meios para maximizar os seus recursos materiais (salários mais elevados para os assalariados, ajuda económica crescente para os Estados) ou simbólicos (procura de um estatuto social ou internacional). Para o actor social ou internacional, importava menos interrogar-se sobre quem era do que sobre a melhor maneira de concretizar as suas

expectativas. A valorização da ideia de projecto não era, nestas circunstâncias, senão a projecção para o futuro de uma identidade aparentemente dominada.

Paradoxalmente, a articulação natural dos conceitos de projecto individual, social ou nacional era tanto mais conseguida e natural quanto os "diferentes mundos" (por exemplo, o do trabalho ou dos Estados) estavam enredados numa teia de interdependências muito mais frouxa do que hoje. Um conflito social podia filiar-se mais facilmente num conflito internacional de natureza ideológica (a luta de classes à escala mundial) na medida em que a sua resolução só marginalmente dependia dele. As grandes negociações comerciais permaneceram por muito tempo "socialmente abstractas", porque as questões em jogo eram muito limitadas. Tratava-se no essencial de desmantelar os obstáculos tarifários à livre circulação dos produtos, enquanto que a problemática actual das negociações comerciais envolve áreas muito mais importantes: a harmonização das condições sociais e culturais da produção mercantil através do mundo[1].

Hoje em dia, o emprego nacional, por exemplo, depende muito directamente do contexto mundial. Mas esta dependência só é pensada como um ponto de vulnerabilidade. A interdependência económica e social do mundo do trabalho e do mundo dos Estados encontra-se assim reforçada economicamente mas simbolicamente deslocada. Há de algum modo vinculação crescente ao mundo mas desvinculação ao sentido colectivo. A procura identitária forte que todos os actores do sistema social mundial exprimem após a guerra fria destina-se precisamente a preencher esse afastamento. Mas este preenchimento tem um preço muito elevado: o de um considerável retraimento utópico, porque a mundialização é em si própria pobre em reserva de sentido. Ela impõe a todos os actores do sistema social mundial a necessidade de se *projectarem* deixando em suspenso a questão do *projecto*.

Com efeito, no mundo do pós guerra fria, o divórcio do sentido e do poder exprime-se através do desfasamento entre o imperativo da *projecção* e a ausência de *projecto*. Por projecção deve entender-se a necessidade de actores individuais ou colectivos inscreverem de forma cada vez mais incisiva o seu presente num futuro que se tornou temporalmente mais próximo pela compressão do tempo e espacialmente mais vasto pela mundialização dos espaços de referências. Para um indivíduo, o imperativo de projecção traduzir-se-à pela necessidade de pensar cada vez mais

cedo e em termos cada vez mais personalizados no seu futuro profissional (formação) ou social (protecção). Essa projecção impor-lhe-à renegociar a sua relação com o espaço integrando a mundialização na escolha da sua profissão e das suas qualificações (aprendizagem de línguas, mobilidade no estrangeiro).

A lógica do projecto aparenta-se a um produto acabado. Implica um esforço de problematização do futuro, de simbolização do devir, de subtração de uma comunidade humana social, política, à realidade não para a negar, mas para a transcender. Ora hoje em dia há não só afastamento entre lógica de projecção e lógica de projecto, mas percepção destas duas dinâmicas em termos contraditórios. No plano internacional, os grandes Estados vêem na urgência dos problemas uma limitação tal, que lhes restringe a possibilidade de descobrir uma perspectiva global, um verdadeiro projecto, quando é a lógica da imediação e da urgência que asfixia todos os dias cada vez mais a sua imaginação política, a sua capacidade de abrir um caminho, uma via, um projecto. Perderam aquilo a que se poderia chamar a "linguagem das prioridades", como se esta estivesse demasiado ligada à era da utopia: a urgência é simétrica da utopia. Comportam-se mais como actores enredados em sequências sucessivas e forçados a mobilizar competências para se adequarem a determinadas situações na medida em que as circunstâncias o vão exigindo[2]. Os Estados perderam não só o monopólio do sentido como foram obrigados a encontrar um, tal como os outros actores sociais e em circunstancias mais ou menos idênticas. A projecção substituiu-se assim ao projecto. Daí a sensação tão forte que os Estados têm de inscrever a sua acção no futuro sem serem capazes de lhe atribuír um significado. Se, por exemplo, muitos planos governamentais para o emprego sofrem de falta de inspiração e de credibilidade, é precisamente porque se lançam em projecções sem as situar numa perspectiva. Pensam às vezes no futuro, mas não conseguem de todo em todo *pensar o futuro*. Existe por exemplo uma diferença essencial entre o facto de proceder a uma redução mais ou menos planificada do tempo de trabalho para conter o aumento do desemprego, e o de inscrever este esforço num projecto que se esforçaria por pensar e simbolizar o lugar dos indivíduos numa sociedade onde o trabalho não seria mais um "absoluto". No primeiro caso há projecção – imposta pela restrição do desemprego – e no segundo caso, projecto, porque a tomada em consideração do desemprego é acompanhada por uma representação do futuro, os actores sociais – e especialmente os

assalariados – vivem uma contradição idêntica. O aumento do desemprego coloca a preocupação pelo futuro no centro da sua vida quotidiana. A sua projecção no futuro é permanente, mesmo indispensável. Mas, simultaneamente, nenhum sindicato, nenhum actor sonha em falar de projecto social. Trata-se agora quando muito de conservar e não mais de conquistar.

O poder militar à procura de sentido

Tomemos um outro exemplo, o do poder militar: o hiato entre projecção e projecto é igualmente flagrante. Em 1994, a França nunca tinha projectado tantas forças militares fora do seu território. Contudo, ninguém se atreveria a falar de um verdadeiro projecto francês, de uma política militar francesa. É certo que os estados maiores são perfeitamente qualificados para pensar nos sistemas de armas de amanhã, para integrarem os conceitos de flexibilidade operacional, de cooperação interarmas e de "lógica indefinida" para tomar na devida consideração o papel crescente da informação no exercício da guerra[3]. Mas nem por isso seriam capazes de se substituirem ao actor político para elaborarem um projecto, uma política militar. A lógica da projecção, é a adaptação das forças armadas aos cenários operacionais do poder militar no mundo do pós guerra fria. A lógica de projecto é a subordinação das forças militares à definição de objectivos no quadro de uma doutrina política de emprego de forças[4]. Em França, a força e a credibilidade da política nuclear não tinham que ver somente com os estragos que era susceptível de causar a um adversário na base do princípio da dissuasão do "forte ao fraco"; resultava também das condições políticas nas quais o uso da arma atómica era potencialmente recomendado. Era assim precisamente o sentido que conferia à arma nuclear o estatuto de instrumento de poder político e não o seu poder destruidor enquanto tal. No mundo actual, já não existe uma verdadeira política nuclear, porque as condições em que a arma nuclear poderia ser utilizada são mais evasivas do que nunca. Se bem que a arma nuclear permaneça um instrumento de protecção ou de santuarização, tornou-se de imediato bastante mais delicado assimilá-la a um vector de poder político-militar, ao navio almirante de uma potência identificável por todos os seus potenciais adversários.

Embora todos os grandes países disponham de meios para projectar forças para além das suas fronteiras e em condições novas, isto não

significa de forma alguma que estejam dispostos a agir de acordo com, ou em consequência de uma visão, de um projecto ou de uma ambição. Dispõem de instrumentos de poder, mas carecem de uma política militar. Na realidade, se as potências militares têm dificuldade em encontrar um sentido quando, paradoxalmente, o sentimento de insegurança tende a aumentar, é justamente porque, também aí, terão cada vez mais de gerir situações de "crise sem inimigo", quando tradicionalmente a elaboração de uma estratégia pressupõe a existência de um inimigo previamente identificável[5]. Com efeito é cada vez mais reduzida a possibilidade de uma acção militar desencadeada pela existência de um inimigo, e será antes o desenvolvimento de uma lógica de situação na qual se é forçado a participar, que fará surgir aqui ou ali um adversário ou um inimigo. A acção humanitária entra muito claramente neste novo quadro. Contudo, e apesar das aparências, o empenhamento dos Estados em acções humanitárias não é de natureza a preencher o hiato entre projecção e projecto, entre sentido e poder. No decorrer das operações, a política humanitária torna-se um instrumento de poder e deixa de ser uma possibilidade de conferir sentido.

Qualquer que seja a apreciação retrospectiva que se faça sobre a guerra do Golfo, pode constatar-se que a resolução 688, que determinou a intervenção humanitária no Curdistão, assentava numa articulação quase coerente do humanitário e do político: a intervenção humanitária era explicitamente destinada a abrir o caminho a uma operação política clara, a protecção dos curdos contra a repressão e a garantia militar da autonomia do Curdistão, e o receio de um afluxo de refugiados curdos susceptível de desestabilizar a vizinha Turquia. O que se constata desde essa crise, é a autonomização crescente da política humanitária em relação aos objectivos políticos que era suposta servir – os casos jugoslavo e somaliano ilustram essa evolução. No caso jugoslavo, a acção humanitária foi, num primeiro tempo, o instrumento implícito de correcção de um grave erro político: o reconhecimento, sem verdadeiro projecto, das antigas repúblicas jugoslavas pela comunidade internacional. Ao longo dos meses, o humanitário ocupou um lugar preponderante na política ocidental, porque não era possível à comunidade internacional vislumbrar uma solução política para os problemas em questão: a política humanitária deixou de ser um princípio para se tornar num fim em si mesma. Com a crise somaliana, a separação entre estratégia política e política humanitária assumiu um aspecto caricatural. Neste caso, não só se desencadeou uma

operação humanitária após um período de total desinteresse pelo problema, mas, esperou-se até que essa operação humanitária desencadeasse uma dinâmica política de reconciliação.
Através de três crises – Curdistão, Bósnia, Somália – , assistiu-se pois a uma evolução: de instrumento de acção política, o humanitário tornou-se a própria acção política antes de incarnar o estádio terminal da inacção política. A acção humanitária, que se pretendia um novo manancial de sentido num mundo desorientado, tende ela própria a acusar uma forte perda de sentido à medida que assume a sua autonomia em relação ao político. Tende paradoxalmente a tornar-se uma fonte fugidia de poder mais do que uma fonte de sentido. A intervenção dos Estados Unidos na Somália demonstrou, uma vez mais, o seu ascendente sobre os Europeus, mas não a sua capacidade de regular a crise. Ao intervir no Ruanda, a França "mantém a sua categoria" de potência africana. Mas nunca a sua incapacidade em agir sozinha neste continente se revelou tão grande. Esta "catástrofe humanitária" confirmou por outro lado a inadaptação profunda das políticas humanitárias tanto no plano da prevenção como no da resolução de fundo dos conflitos. Poder-se-ia dizer que através desta crise o humanitário "transbordou" o seu próprio terreno.
Para compreender este hiato entre projecção e projecto e colocá-lo acima das contingências do debate político, é necessário relembrar a problemática de Koselleck sobre a relação decisiva entre a espera e a experiência. O fim da guerra fria fez desaparecer o horizonte de espera. Não nos resta pois como espaço disponível senão o campo da experiência, da imediação quotidiana, um campo onde se misturam na maior confusão o que se é (identidade), o que se faz (acção), o que se quer (projecto). Decorre daqui um inevitável desajustamento entre fins e meios que a política humanitária hoje reflecte. Assistiu-se assim na Somália à intervenção de organismos humanitários cuja principal missão consistia em cuidar das vítimas da "guerra humanitária" desencadeada pelas forças onusianas.
Nesta confusão a política não desaparece. Sem ela, o humanitário não teria obtido o lugar que ocupa no campo da política internacional. Pelo contrário, muda de sentido. Contribui para descentrar as questões do campo do projecto, da finalidade, da perspectiva para o do meio, da imediação, da urgência. O humanitário torna-se um campo de acção muito largamente construído e alimentado pelos Estados, que, sem estarem munidos de projecto se projectam nele. Por este facto, o menor acto humanitário torna-se um acto político, a iminência da partida de um

combóio humanitário um acto diplomático. Decidiu-se enviar 50 000 capacetes azuis para a Bósnia não para garantir a existência política deste país, mas sim o seu desmembramento oficial. A vastidão dos meios empregues (lógica de projecção) é tanto maior quanto não é colocada ao serviço de nenhuma finalidade precisa ou convincente. Na ocorrência, é a incapacidade da comunidade internacional em encontrar uma solução que lhe impõe uma tal profusão de meios. Isto explica claramente porque motivo, na crise dos Balcãs, quanto mais garantias os governantes dão às respectivas opiniões públicas acerca das razões dos seus empenhamentos e activismo humanitário, mais estas vivem a passividade dos ditos governantes com resignação ou na indignação. Não se poderia ilustrar melhor o desfasamento entre a acção e o sentido da acção, entre a projecção e o projecto.

O tempo de paragem simbólica das nações

A consequência mais fundamental de todo este encadeamento é a de fazer da *dinâmica do retraimento* a lógica preponderante do sistema mundial do amanhã. Os Estados serão levados menos a cooperarem – como a retórica da nova ordem mundial o sugeria – do que a evitarem qualquer compromisso excessivo provocado por imperativos de poder previamente estabelecidos. A dinâmica do retraimento é acima de tudo uma representação. Não está teorizada nem é teorizável. É sentida de maneira confusa e contraditória antes de ser pensada. Nas suas facetas e modalidades, diferencia-se das noções de "retirada do mundo", de santuarização ou de isolacionismo pelo menos por uma razão: as dinâmicas da intervenção e da retirada deixaram de ser pensáveis no sistema social mundial. Nenhum actor pode hoje "sair" do jogo mundial ou "entrar" nele. O jogo é-lhe imposto. Para os Estados a mundialização traduz-se em primeiro lugar pelo desaparecimento do *opting out*, a possibilidade simbólica de mudar de sistema, de sair do jogo, de se reclamar de uma "outra política" para retomar uma expressão familiar do debate público francês. A *dinâmica do retraimento* é pois necessariamente mais complexa. Responde à necessidade das sociedades ocidentais de marcar um *"tempo de paragem simbólica"* no momento após a guerra fria, em que têm o sentimento de se encontrarem empenhadas num processo profundo de renegociação da sua relação com o tempo (aceleração) e com o espaço (mundialização).

Os Estados têm necessidade de reencontrar as suas referências porque agora sabem que já não são senhores do sistema internacional mas mais modestamente os actores privilegiados de um sistema social mundial. Devem, segundo a metáfora de Clifford Geertz, deixar de ver o mundo como uma paisagem moldável à sua imagem a partir de uma posição hierárquica clara e previamente definida (construir o mundo à imagem da América, por exemplo), e passar a ver-se como parte de uma "enorme colagem" de que seriam uma peça central, mas apenas uma peça entre muitas outras[7]. Os "Estados conceptivos" cederam o lugar aos "Estados adaptadores". É esta mudança fundamental que condena a partir de agora que os Estados definam um conceito "arquitectural" do mundo, qualquer definição *ex cathedra* de uma nova ordem mundial. A questão não é mais a construção de uma nova ordem mundial assente apenas sobre os Estados, mas a regulação do sistema social mundial nascente.
Porque terem deixado o mundo exclusivo dos Estados para se fundirem no sistema social mundial, os Estados já não têm de procurar projectar-se. A projecção impõe-se-lhes pela própria configuração do sistema mundial. Mas, ao mesmo tempo, esta dinâmica desencadeia neles um reflexo identitário que lhes impõe *situarem-se* nesse sistema social mundial. É essa necessidade de se situar que classificamos de *tempo de paragem simbólica*.

A procura de "espaços de fuga"

A primeira forma de retraimento é de natureza económica. Manifesta-se pela tentação das grandes economias de se subtraírem às disciplinas económicas e financeiras impostas pela mundialização. Face aos imperativos de convergência económica, que toleram cada vez menos "derivações", que produzem todos os dias mais normas para igualizar as condições da competição, os Estados ocidentais procuram "espaços de fuga", exploram e ocupam os espaços residuais de soberania ainda não partilhados. A mundialização tende a ser vivida politicamente pelos Estados como um processo de estrangulamento contra o qual não é mais possível lutar, mas do qual é possível tentarem distanciar-se, pelo menos simbolicamente[8].
Essa procura de margem de manobra perante a dinâmica da mundialização responde a várias considerações. A primeira tem a ver com o orgulho residual dos Estados que pretendem reafirmar a sua soberania simbólica.

Nada é mais humilhante para eles do que ver a sua autonomia desgastada por movimentos de capital muito mais poderosos do que os seus dispositivos de luta contra a especulação. Nada lhes é mais difícil do que integrar a perda de sentido relativa dos grandes agregados nacionais, como é o caso do saldo da balança de transações[9].

Tomar consciência deste facto é uma coisa; enunciá-lo politicamente é uma outra, pois significa expor-se a afrontar uma erosão acentuada da ideia de nação. Toda a sua atitude consistirá assim em gerir simbolicamente o desfasamento entre uma realidade económica mundializada e complexa e uma representação política territorializada e simplificada ("a nação"). À medida que os factores de convergência económica entre as sociedades avançadas se acentuarem, a gestão deste desfasamento simbólico entre sentido (a nação à qual tudo é referido) e poder ganhará cada vez maior amplitude. Ora, hoje em dia, os Estados estão confrontados com uma dificuldade dupla. Não só têm cada vez maior dificuldade em avaliar – mesmo no domínio das indústrias militares – o seu grau de dependência relativamente a indústrias de outros países, mas, por acréscimo, sentem dificuldades em pensar a soberania em termos diferentes dos da propriedade jurídica das empresas, quando o controlo estrangeiro pode ser exercido sem propriedade directa sobre o capital[10].

A esta primeira razão de querer escapar simbolicamente aos constrangimentos económicos globais, junta-se uma segunda mais concreta: responder a solicitações sociais ou a imperativos políticos que requerem soluções rápidas, politicamente baratas. As condições em que se operou a reunificação económica da Alemanha são a este respeito exemplares. Elas sublinham que a prática do "cada um por si" (a Alemanha faz pagar caro ao resto da Europa as condições da sua reunificação) não resulta de forma alguma de divergências doutrinárias com os seus parceiros, mas antes de uma espécie de uniformização das estratégias económicas. Ao escolher financiar a sua reunificação pelo empréstimo e não pelo imposto, a Alemanha comportou-se, por assim dizer, como a América. Recorreu à facilidade e preferiu drenar a poupança mundial e não o rendimento dos seus habitantes. Um dos grandes problemas da coordenação e da regulação mundiais tem origem no facto de hoje em dia a maior parte das economias recorrerem às mesmas políticas para assegurar a sua autonomia, o que, num mundo interdependente, significa perturbar os outros ao procurar isolar-se[11].

É muito claramente no domínio orçamental que os Estados procuram um espaço de fuga – é aliás o único último grande sector de autonomia do poder público. De 1,2% em 1989 – o ano da queda do mundo de Berlim – o nível médio dos défices públicos dos países do G-7 passou a 4,2% no final de 1993[12]. A correspondência entre o fim da guerra fria e o crescimento dos défices públicos não é fortuita. Deve-se em parte aos "efeitos em cadeia" da reunificação alemã. Também se explica pela recessão e pelos encargos crescentes, impostos aos sistemas sociais com o envelhecimento das populações. Mas é preciso tomar em conta um factor ainda mais importante: a deslegitimação política da maior parte dos governos ocidentais, consequência da queda do comunismo que conduz muito logicamente a maior parte deles a encontrar na despesa pública o instrumento privilegiado da sua sobrevivência política. Sobre todos estes factores implanta-se uma procura de Estado crescente gerada por duas modalidades da mundialização: a necessidade de protecção social ligada à destruição das profissões de fraca qualificação (e ao aumento do desemprego) e a extensão crescente da esfera mercantil em detrimento da não mercantil. Há, com o fim da guerra fria um crescimento excepcional da procura de Estado que, uma vez mais, não consegue encontrar apoio político para se exprimir e legitimar. Esse hiato é tanto mais sentido quanto esta pressão intervém num contexto global de "retirada do Estado", mesmo se os excessos desta retirada são agora reconhecidos.

O fim das superpotências

Embora a crise da cooperação internacional resulte destes diferentes factores, não seria plenamente compreendida sem tomar em conta um outro factor central do pós guerra fria: a ausência de um actor superpoderoso capaz de impor uma disciplina colectiva aos outros. A dificuldade que experimenta um organismo como o FMI em impor uma disciplina colectiva aos países do G-7 resulta muito claramente dessa incerteza das relações de força, do desaparecimento de um actor capaz de produzir hegemonia. No pós guerra fria e sobretudo após a guerra do Golfo os Estados Unidos acreditaram que o seu poder político-militar podia ser convertido em termos económicos. Por outras palavras, acreditaram que a sua autoridade política os ajudaria a impor ao Japão e à Alemanha os termos de um relançamento económico – sem prejuízo para

si no plano orçamental, por exemplo. Este poder de ligar a economia ao político é hoje mais fraco pelo menos por duas razões. A primeira tem a ver com o processo de recuperação económica da Europa e do Japão em relação aos Estados Unidos: estes três conjuntos representam hoje forças mais ou menos equivalentes. A segunda tem a ver com a natureza cada vez menos *fungível* dos atributos do poder. Quer dizer que é cada vez mais difícil amealhar o poder político ou militar para obter dos seus parceiros concessões comerciais ou tecnológicas. Se a economia e a política estão mais do que nunca ligadas, as armas diplomático-estratégicas perderam demasiado terreno em relação às outras realidades do campo internacional para permitir que um Estado retire delas vantagens decisivas em outros domínios[13].

O fim da guerra fria consagra no campo internacional o enfraquecimento dos factores diplomático-estratégicos clássicos e, partindo daí, o esgotamento provável do conceito de *grande potência*. A este respeito, a temática do "mundo unipolar" enunciada pelos Estados Unidos era puro contra-senso[14]. Certamente que a crise do GATT permitiu sublinhar a dureza dos jogos do poder entre europeus e americanos, mas estes provavelmente nunca tiveram a ideia ou a possibilidade de comparar as concessões comerciais dos europeus com a manutenção da sua garantia militar na Europa.

Se o conceito de superpotência está provavelmente condenado a enfraquecer com o fim da guerra fria, é porque o custo da supremacia tende a tornar-se proibitivo. Mas a tomada em consideração dos custos exponenciais do poder não poderia ser apreciada sem referência à clivagem crescente entre o poder militar e o poder económico. A procura da força militar é perturbada pela procura da força económica.

Durante a guerra fria, a investigação militar implicava a investigação civil. Havia um esquema linear relativamente simples que permitia passar da investigação pura à investigação aplicada ao sector militar e depois ao sector civil. As contrapartidas dos grandes programas militares sobre a economia civil eram tais que a retenção dos orçamentos de investigação e desenvolvimento pelo sector militar não apresentava um carácter negativo. Os Estados Unidos conseguiram assim ser simultaneamente uma grande potência económica e militar, e construir uma "economia de guerra fria" não desprovida de racionalidade. Actualmente esta articulação é cada vez menos fácil de assegurar. Não só porque a legitimidade popular da potência militar nos países ocidentais parece desgastar-se,

mas também e sobretudo, porque a evolução tecnológica impõe uma clivagem crescente entre o civil e o militar. Neste domínio assiste-se também ao fim de uma época, a que começou com a revolução industrial e durante a qual o poder militar andou a par com o poder económico[15]. Se a base tecnológica da investigação civil e militar é comum, as especificações dos produtos militares são cada vez mais definidas a montante. Ou seja, é necessário definir com rapidez a finalidade civil ou militar de um programa de investigação, enquanto antigamente a distinção era feita a jusante. Resulta daí uma arbitragem entre investigação civil e militar, uma vez que a correlação entre investigação militar e competitividade económica surge agora como negativa. De modo simplificado, pode dizer-se que a tecnologia militar apresenta certas particularidades que estão em contradição com as regras de organização do mercado tecnológico mundial: privilegia os protagonismos aos custos e à fiabilidade, está submetida a ciclos de desenvolvimento cada vez mais longos (enquanto que, em toda a parte no sector "civil", se procura reduzir esses ciclos), apoia-se em processos de produção ineficazes, impede, por razões de segurança, as transferências de tecnologia[16]. A construção de uma potência militar já não permite por si só o desenvolvimento de uma potência tecnológica, o que tem efeitos negativos na representação colectiva que as sociedades podem ter da utilidade da potência militar. Em casos comò o da Alemanha, essas considerações de pura racionalidade económica tendem, embora provisoriamente, a sobrepor-se a representações históricas e culturais valorizando o recuo ou justamente o que Hans Peter Schwarz chama a *Machtvergessenheit*, isto é, o esquecimento do poder[17]: em 1991, a Suíça vinha consideràvelmente à frente das nações às quais os alemães desejavam poder identificar-se[18]. O culto da interioridade assume neste contexto um significado forte, porque a Alemanha interessa-se acima de tudo por si própria.

Este sentimento de ter de escolher entre a força bruta e a prosperidade material encontra o seu prolongamento no rendimento decrescente da potência militar. Para fazer face a novas ameaças e projectar-se, as grandes potências militares têm de desenvolver sistemas de defesa cada vez mais caros e complexos. Mas para isso é-lhes necessário encontrar cada vez mais parceiros na investigação militar[19]. Ora esta atitude, hoje indispensável, levanta o problema básico de saber como é que as grandes potências militares poderão desenvolver programas conjuntos de financiamento de investigação sem ter que partilhar o domínio tecnológico. É

este o problema do equilíbrio entre cooperação e competição, que até as empresas, empenhadas nesta via muito antes dos Estados, têm frequentemente dificuldade em resolver. Este esquema seria relativamente fácil de construir num mundo onde a ameaça fosse muito intensamente partilhada e onde um dos parceiros decidisse compensar o seu empenhamento tecnológico pela protecção militar de um outro parceiro. Foi esse precisamente o caso da aliança nipo-americana durante a guerra fria. Esse esquema não desapareceu totalmente. Mas a sua erosão começa já a fazer-se sentir. Os Estados Unidos e o Japão deixaram de estar unidos pela existência de uma ameaça conjunta. De um modo mais geral, a crise da cooperação no seio dos países ricos tem a ver com a erosão simultânea das três grandes fontes de regulação das relações internacionais: uma ameaça partilhada que permitia relativizar os conflitos, a presença de um actor dominante (os Estados Unidos), o controlo dos Estados sobre as economias. É necessário pois tentar organizar uma regulação internacional que seria baseada na identificação de interesses comuns e não nas ameaças comuns, que assentaria na colaboração entre associados-rivais e não numa relação hierárquica entre dominantes e dominados, que teria em conta a perda de controlo dos Estados sobre certos aspectos da realidade internacional. Estão em causa mudanças fundamentais particularmente difíceis de levar a cabo, mas nem por isso menos indispensáveis.

O segundo problema decorre do desfasamento entre o custo económico de uma política credível de segurança militar (instalação de uma rede de mísseis anti-mísseis) e a capacidade de um número crescente de actores político-militares se dotarem de armas de destruição pouco sofisticadas (mísseis balísticos pouco precisos, armas químicas) constituindo aquilo a que se chamou o "nuclear do pobre". O custo de uma dissuasão do "forte ao doido" é colossal. Por dissuasão do "forte ao doido", deve entender-se a dificuldade em interpretar a estratégia de "novas potências nucleares", o risco de ver um tirano utilizar a arma nuclear sem medir as respectivas consequências para o seu país ou para o seu povo.

Assim, a posse de um engenho militar de primeira grandeza apresentaria o risco de facilitar o acesso ao domínio tecnológico a concorrentes com quem a cooperação se tornaria indispensável, e o inconveniente de ser cada vez mais cara tendo em vista a sua decrescente eficácia política.

Mesmo se não é imaginável ver as antigas grandes potências da guerra fria renunciar pura e simplesmente ao poder militar, é a partir de agora certo que a posse de um engenho nuclear se porá cada vez menos em

termos de supremacia total. Tratar-se-à menos de poder fazer tudo só, de descobrir os meios de aniquilar totalmente o seu adversário, do que de agir antes do outro, compilando as informações indispensáveis à decisão política. Num mundo estruturado pela velocidade, a arma absoluta já não existe. O futuro está nas *armas de exclusividade*, sendo as mais decisivas a observação e a informação[20].

Essa mudança não conduzirá por si só ao desenvolvimento de políticas mais "reflectidas". Mas as informações que providenciará aos Estados ajudá-los-ão a melhor conduzir estratégias de responsabilidade limitada baseadas no distanciamento, no retraimento e na precaução. Esse distanciamento será simultaneamente técnico (recurso às armas de precisão guiadas à distância), mediático (a emoção vivida pela televisão) e político (a recusa de um compromisso político na base de princípios pré-estabelecidos)[21].

A lógica da precaução

A terceira fonte de *retraimento* deve procurar-se no lugar usurpador que hoje em dia ocupa, a *lógica dos custos*, quer no plano material quer no simbólico. É através deste prisma que actualmente é apreciada toda a acção pública, e que ela se inscreve no campo interno ou se prolonga no espaço internacional. Noutros termos, é-se levado a julgar da eficácia de uma política externa em termos comparáveis aos que seriam utilizados para avaliar a eficácia de uma prestação, de um serviço. Esta evolução tem a ver com o progresso constante da lógica mercantil na vida social e com a ausência de uma simbólica colectiva capaz de a conter ou de a transcender. O crescimento em força do imperativo de rentabilidade tem como consequência submeter todas as instituições sociais e políticas à "obrigação de resultado[22]". Perante esta lógica, os actores sociais reagem em dois tempos. Experimentam tomar em consideração esta restrição, zelando ao mesmo tempo para que ela não os fragilize demasiado. Num relatório que é muito considerado, François Ewald mostrou bem como "o imperativo de resultado" desenvolvia no foro médico o que ele designa por "lógica de precaução[23]". Em vez de assumir o risco de uma acção da qual não se conseguiria justificar o resultado a curto prazo, preferir-se-à não actuar, declinar qualquer nova responsabilidade. A inacção torna-se paradoxalmente a melhor maneira de cumprir a sua obrigação de apre-

sentar resultados. É o próprio sentido da acção colectiva que de imediato fica modificado. Procurar-se-à menos proteger os outros do que proteger-se a si próprio; tentar-se-à menos agir do que tomar precauções a fim de não incorrer numa sanção colectiva imposta pela obrigação de um resultado imediato. Decorre daí uma transformação profunda da finalidade da acção colectiva. Esta já não é definida ou atribuída previamente. Está à partida limitada e contida pela lógica dos custos, de que deriva uma desvalorização em cadeia da acção colectiva, do projecto comum a partir do momento em que este se encontre assimilado a uma tomada de risco. As traduções internacionais desta lógica são evidentes, porque as opiniões públicas avaliam cada vez mais a acção exterior dos respectivos Estados segundo a lógica de custos. Uma vez extintos os fogos da queda do muro de Berlim, o pós guerra fria mudou de sentido. O que aparecia como a alvorada de uma nova era marcada por um relançamento de cooperação entre os estados transformou-se numa soma de cargas infinitas cuja importância fora inicialmente subestimada. Quem ousaria falar hoje em "dividendos da paz"? Antes de organizar o pós guerra fria, será necessário desmantelar primeiro as estruturas herdadas da guerra fria. Esse desmantelamento parece difícil de operar não só porque choca com resistências bem conhecidas, mas sobretudo porque ninguém consegue orientar, dar um sentido à mudança. Este desmantelamento exprime-se através de quatro grandes apostas: a unificação alemã; a transição para o mercado das economias da Europa de Leste e da Rússia; a resolução dos diversos conflitos regionais directa ou indirectamente ligados ao fim do conflito Leste-Oeste (Médio-Oriente, Camboja, Salvador, África do Sul); a reconversão dos potenciais militares dos países ocidentais.

Esses problemas constituem objectivamente uma fonte de dificuldades e de constrangimentos financeiros consideráveis para os países mais desenvolvidos do mundo. A reunificação custa à Alemanha o equivalente anual de 5% do seu PIB[24]. O desmantelamento da economia militar americana é por seu lado extremamente difícil de realizar, porque põe em causa mais de um milhão e meio de empregos[25]. O custo da manutenção da paz no mundo pela intervenção das Nações Unidas é também muito elevado.

Contudo arriscar-nos-íamos a cometer um enorme contrasenso se víssemos na restrição dos custos uma espécie de absoluto inultrapassável. Um custo terá apenas uma importância relativa; não faz sentido senão em relação a uma finalidade que se lhe associa. Se as Nações Unidas atravessam uma grave crise financeira, não é porque as operações que conduz

pelo mundo são numerosas, mas muito simplesmente porque as grandes nações que a controlam não se mostram minimamente dispostas a financiar acções multilaterais que não dominariam completamente. Basta recordar que os custos acumulados do orçamento e das operações da ONU equivalem ao financiamento de um dia e meio de operações americanas na guerra do Golfo ou ao preço de dois "aviões furtivos" americanos. A letargia da ONU, que se explicava outrora pelo veto soviético e hoje pelo peso dos "constrangimentos financeiros", revela na realidade a crise do sistema interestadual, a dificuldade simultânea dos Estados tanto em entenderem-se como em delegar a sua autoridade a um poder "supranacional" por pequeno que ele seja. O custo pretensamente elevado da manutenção da ordem mundial não é mais do que um alibi para a falta de projecto colectivo da comunidade internacional, para a desvalorização sem precedente do próprio conceito de comunidade internacional[26].

Se, ao contrário do que sucedeu com o Plano Marshall, a ajuda à Rússia coloca problemas, não é por causa do encargo financeiro que provoca nas economias ocidentais, mas pela incerteza profunda que se mantém quanto à possibilidade de ajudar à conversão rápida ao mercado das antigas economias socialistas[27]. Paradoxalmente, esse cepticismo parece crescer à medida que se acalma o debate ideológico-económico entre partidários do "gradualismo" e da "terapia de choque"[28]. Com efeito existe hoje um consenso suficientemente amplo para admitir que a conjugação da estabilização macro-económica, da liberalização dos mercados, da privatização das empresas e do desenvolvimento das infra-estruturas públicas servirá de suporte à economia de mercado[29]. Mas a articulação destes quatro processos não é redutível a nenhum modelo em particular. O peso das condições internas do êxito é tal (coesão social, vontade política dos dirigentes, existência de um consenso nacional) que, pouco a pouco , se expande a ideia de uma utilidade decrescente da ajuda externa e, por consequência, uma percepção crescente do seu custo proibitivo. Porque a obrigação de resultados tangíveis e imediatos se tornou central, os governos ocidentais poderão cada vez menos justificar compromissos estáveis no longo prazo.

Nessas condições, há razão para apostar que os apelos ao combate pelo alargamento da democracia que sucederia à *contenção* do comunismo permanecerão sobretudo retóricos. Com efeito, de momento, é a lógica da "menor oferta" democrática que parece agora triunfar, mesmo se esta

lógica de precaução aparenta dever ser travada pela existência e pelo reforço de fragmentos de "solidariedade mundial". Pierre Hassner vê esta solidariedade, assente numa articulação imperfeita e aleatória entre o que ele chama "a concertação, a consciência e a especialização[30]". A ideia de concertação remete para a de comunidade internacional, a de consciência para o desenvolvimento de grandes movimentos transnacionais de solidariedade (Amnistia Internacional, por exemplo), e a de especialização para a profusão de instituições encarregadas de esclarecer os responsáveis pela decisão sobre as questões cada vez mais complexas e difíceis de resolver politicamente. Mas a dificuldade provem do facto de estas três dinâmicas mundiais, que unem de algum modo o Interesse (dos Estados), a Razão (dos povos) e o Saber (dos especialistas), terem hoje dificuldade em constituir um sistema, em fazer sentido. Com efeito, a ideia de um mundo organizado por um "concerto de nações" é ambivalente. A interdependência crescente entre os Estados faz com que eles sejam compelidos a chegar a acordo sobre um número infinito de assuntos e de problemas. O "concerto das nações" é desse ponto de vista indispensável à regulação mundial. Contudo a sua legitimidade permanece mal assente. Quando as grandes nações conseguem pôr-se de acordo sobre um certo número de regras ou de atitudes a adoptar (Guerra do Golfo, por exemplo) não escapam à censura de quererem fazer acordos nas costas dos mais fracos ou dos mais desfavorecidos. Daí as resistências políticas manifestas que a problemática da nova ordem mundial encontra nos países do Sul. Mas a partir do momento em que os grandes Estados expõem à luz do dia as suas divergências, é a própria ideia de comunidade internacional que fica desacreditada. Entre estas duas hipóteses encontra-se uma terceira: a da inacção concertada dos grandes países. É o que se poderia chamar *coligação passiva*. Desde o fim da Guerra do Golfo constitui a modalidade dominante da acção internacional. Ela demonstra a extrema fragilidade do consenso mundial. Porquê então o que parecia adquirido desde a Guerra do Golfo está ferido de caducidade nas três grandes crises internacionais do pós guerra fria: Bósnia, Somália e Ruanda? Para além do facto de o Kuwait possuir riquezas que fazem uma falta atroz à Bósnia, não pode deixar de notar-se a coincidência entre o carácter inédito destes novos conflitos – o seu carácter não interestadual – e a dificuldade dos grandes Estados em definir uma linha de conduta clara. A partir daí surge uma questão essencial: se os Estados não conseguem nem compreender estes conflitos nem resolvê-los é porque não se

sentem afectados por eles, ou muito mais seriamente porque se acham condenados a não entenderem conflitos que já não obedecem às antigas classificações dos conflitos entre Estados? Se essa for a hipótese correcta levaria a mostrarmo-nos particularmente pessimistas quanto ao futuro da regulação mundial porque é um facto adquirido que os conflitos clássicos de tipo interestadual estão tendencialmente condenados a atenuar-se em proveito de novas formas de conflitualidade internacional (guerras civis, conflitos étnicos, etc.).

Na realidade, e após a Guerra do Golfo, as negociações comerciais do GATT são quase as únicas a ter demonstrado a eficácia da concertação entre as nações, o que tenderia a provar que a dinâmica mercantil é justamente a única dinâmica sobre a qual os Estados conseguiriam entender-se porque seria também a única onde o preço de um desacordo duradouro seria o mais prejudicial aos seus interesses directos.

Abordando agora a segunda dimensão do problema, isto é, a existência de uma "consciência universal", que preencheria de algum modo o ângulo morto da razão dos Estados, constata-se que também aqui a ambiguidade prevalece sobre a clareza. A favor daquilo a que se chamaria a consciência universal poderiam ser atribuídas três evoluções positivas. A primeira tem a ver acima de tudo com a densificação da rede mundial das solidariedades que faz com que actualmente possam ter lugar verdadeiras mobilizações internacionais para além da lógica dos interesses dos Estados ou das grandes organizações mundiais. Isto é válido tanto para os comités contra a purificação étnica como para a mobilização internacional contra o projecto da barragem de Narmada na Índia. Essa solidariedade social mundial não é somente quantitativa. No plano qualitativo, permite aos princípios de universalidade assumir um conteúdo mais concreto, de encarregar-se tanto dos direitos colectivos como dos direitos individuais. Procedendo assim deram-se duas aberturas: a passagem do universalismo abstracto a um universalismo mais concreto ou plural (a Declaração da Conferência de Viena sobre os Direitos do Homem de 1993 por oposição à Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 é a melhor ilustração desta mutação) e a "nova permeabilidade jurídica" que faz hoje que a distinção tradicional entre ordem interna e ordem externa não tenha sido abolida mas confundida. A segunda evolução deve ser procurada na sofisticação jurídica crescente que caracteriza o mundo actual e faz que se disponha de um arsenal jurídico impressionante sobre cada problema ou situação dada. De uma aceitação geral dos Direitos do

Homem tende a prosseguir-se para a atenção aos direitos da mulher, da criança ou das minorias. Enfim, parece inegável que no conjunto dos problemas do mundo o nosso conhecimento tende a aumentar e a tornar-se acessível ao maior número de pessoas mesmo se este acesso passa cada vez mais através do prisma da emoção e da simplificação mediática. Mas seria errado deduzir destes diferentes elementos um progresso da consciência universal que tornasse proibitivo o recurso à barbárie.

O genocídio dos Tutsis no Ruanda tenderia a demonstrar que a "mobilização da consciência universal" tem dificuldade em se exprimir de maneira preventiva. Leva também a duvidar muito fortemente da ideia segundo a qual a conjunção das pressões internacionais da opinião pública e dos media tornariam difícil a partir de agora a condução de acções em contradição flagrante com os direitos do Homem. Por acréscimo, a sofisticação jurídica é igualmente enganadora. Por um lado porque muito frequentemente os novos textos não fazem mais do que "sedimentar-se" a textos mais antigos que permaneceram até agora sem efeito: isto é manifesto, por exemplo, no domínio do direito humanitário[31]. Por outro lado porque a sofisticação jurídica dos textos e das definições não é de uma perfeição absoluta. É, por exemplo, claramente utilizada pelos Estados para travar os pedidos de asilo político, ou mais grave ainda para justificar o seu "não empenhamento"[32]. Assim viu-se os responsáveis americanos recusarem falar de genocídio a propósito do Ruanda com o receio de vir a ter a obrigação jurídica de ali intervir. Os Estados ocidentais que pretendem basear a sua acção internacional sobre um certo universalismo estão assim reduzidos actualmente a procurar formas de acção e de legitimidade que lhes permitam facilitar a mundialização dos seus valores sem terem de tomar em conta os custos que esta lógica de situação lhes impõe em termos políticos (perdas de vidas humanas), económicos (transferência massiva de recursos) ou sociais (risco migratório). A moda da política humanitária parece inscrever-se justamente nesta perspectiva na medida em que permite conciliar três imperativos: o de uma legitimação espontânea dificilmente recusável ("defender vidas humanas"), o de uma acção limitada no tempo permitindo evitar o risco tão temido do envolvimento das opiniões públicas, e por fim o de uma recusa de soluções de fundo a aplicar aos problemas, seja porque estas poriam em causa as responsabilidades passadas de certos Estados na génese de um conflito (exemplo da França no Ruanda ou da Europa na Bósnia), seja porque

provocariam a mobilização de meios económicos ou militares incompatíveis com a lógica da precaução.
Constata-se assim, desde o final da guerra fria, a existência de um divórcio mal vivido entre uma maior mobilização das consciências, uma sofisticação jurídica cada vez mais elaborada e uma incapacidade de actuação igualmente forte. A única evolução que provavelmente é de difícil reversibilidade deve ser procurada no enfraquecimento da soberania estatal. Do Curdistão ao Ruanda passando pela Somália a mutação parece indiscutível. Mas vê-se bem que esta importante mutação não está isenta de perigos graves.
Resta por fim a lógica da especialização. Também ela não escapa ou quase não escapa à ambiguidade ou à ambivalência interpretativa. Face a problemas de sentido ou a questões de fundamento o especialista está tão desprevenido como o Estado ou o cidadão. A especialização pretende assim fundamentar escolhas que de algum modo perderam o seu fundamento.

NOTAS

CAPÍTULO VI

1. Georges Simmel, *Le Conflit*, Saulxures, Circé, 1992, pág. 20.
2. Bernard Perret et Guy Roustang, *L'économie contre la société*, pág. 40.
3. Carl Schmidt, *La notion de politique. Théorie du partisan*, Paris, Flammarion, 1992, pág. 84.
4. *Ibid*, pág. 64.
5. O desenvolvimento que se segue deve muito à reflexão de Jean Lévi, que quis partilhar connosco quando de uma comunicação oral feita no Seminário do CERI em Paris sobre "L'ordre mondial relâché", a 9 de Fevereiro de 1993.
6. Citado por Jean Lévi, em *Les fonctionnaires divins. Politique, despotisme et mistique en Chine ancienne*, Paris, Le Seuil, 1989, pág. 95.
7. *Ibid*, pág. 148. Sobre os princípais escritos legistas ler Jean Lévi, *Dangers du discours*, Paris, Alinéa, 1985.

8. A questão da obsolescência da guerra nas relações entre nações democráticas foi e continua a ser objecto de um número considerável de artigos e de obras. Entre as mais importantes, citamos: Martin Shaw, *Post-Military Society. Militarism, Demilitarization and War at the end of the XXth Century*, Cambridge, Polity Press, 1991; Evan Luard, *The limited Sword. The Erosion of Military Power in modern World Politics*, Londres, Tauris,1988; Stephen Cimbala, *Force and Diplomacy in the future*, New York, Praeger, 1992 e sobretudo John Mueller, *Retreat from Doomsday. The Obsolescence of major Wars*, New York, Basic Books, 1989. John Mueller faz recuar a obsolescência da guerra entre nações democráticas ao fim da Primeira Guerra Mundial. Para ele o declínio da guerra é comparável ao declínio do recurso ao duelo ou à escravatura. À semelhança destes dois processos, a guerra é posta em causa em três fases: primeiro é controversa, depois torna-se singular e por fim cai em desuso. As teses de Mueller foram amplamente discutidas sem terem sido radicalmente contestadas. Ver Carl Kaysen, "Is War obsolete? A Review Essay", *International Security*, Primavera 1990; Akhtar Majeed, "Has the war system really become obsolete?", *Bulletin of Peace Proposals, vol.22(4), 1991*. A incompatibilidade entre guerra e democracia foi, num plano mais filosófico, brilhantemente desenvolvida por Michael Doyle, "Kant, Liberal legacies and foreign affairs", *Philosophy and Public Affairs"*, vol. XII, n.º 3-4, Verão 1983. Ver também Bruce Russet, "Democracy and Peace", in B. Russett, H. Starr and R. Stoll(eds.), *Choices in World Politics*, New York, Freeman, 1989. Sobre o estado mais recente desta questão, recomenda-se o número especial da revista *Interactions*, "Democracy and War: research and reflections", vol.18 (3), 1993.

9. Albert Hirschman, *National Power and the Structure of Foreign Trade*, Berkeley, University of California Press, 1945, Mark Gasioruski, "Economic interdependence and international Conflict", *International Studies Quarterly* 30 (1) 1986, pág. 36 e Helen Milner, "Commerce mondial. Une nouvelle logique des blocs?", in Zaki Laïdi (dir.), *L'Ordre mondial relâché", ob. cit.* pags. 139-140.

10. *Financial Times*, 25 de Outubro de 1993.

11. John Mueller, em *Retreat from doomsday. The Obsolescence of major War, obra cit.*, escreveu: "Uma ideia torna-se impossível não porque seja

repreensível ou porque se tenha renunciado a ela, mas quando deixa de ser pensada como uma opção concebível.(...) Por outras palavras, a paz pode criar hábitos e uma rotina", pág. 240.

12. Ver Kathy Rousselet, *L'église orthodoxe Russe et la Politique*, Paris, Documentation française, 18 de Setembro 1992, PPS, nº687.

13. *Financial Times*, 19 de Maio 1993.

14. Georges Confignal, "Le système interaméricain après la guerre froide", in Zaki Laïdi (dir), *L'Ordre mondial relâché, obra cit.*, págs. 225-226.

15. A evolução política interna do México e a perspectiva de assinatura de um tratado de livre troca entre os Estados Unidos e o México constituem os símbolos mais representativos desta evolução. A conversão da quasi-totalidade da inteligência mexicana à ideia do tratado com os Estados Unidos é a este respeito reveladora. Ver o artigo de Carlos Fuentes, "Un pari sur l'Alena", *Libération*, 30 de Agosto de 1993. Refiram-se também os importantes efeitos das políticas de ajustamento estrutural iniciadas pelo FMI e pelo banco mundial nesta região desde o início dos anos 80. Sobre a evolução da América latina e da sua integração no tempo mundial, ler Jorge Castañeda, *Utopia unarmed. The Latin American left after the Cold War*, New York, Knopf, 1993.

16. Jean-Jacques Rousseau, *Du contrat social*, Livre I, citado em Pierre Hassner, "Paix et Guerre", in P. Raynaud e S: Rials (dirs.), *Dictionnaire de philosophie politique*, Paris, PUF.

17. Perry Anderson, *L'État absolutiste*, Paris, Maspero, 1978; Stein Rokkan, *Un modèle géo-économique et géopolitique de quelques sortes de variants en Europe de l'Ouest*, Paris, AFSP, 1976; Charles Tilly, "War making and State making as organized Crime", in P.Evans et al., Bringing the State back in, Cambridge University Press, 1985; K.J. Holsti, "L'État et l'état de guerre", *Études internationales*, Dezembro 1990. "Na medida em que um inimigo comum ajuda a manter ou mesmo a criar solidariedade e obriga a um esforço comum, a guerra foi através da história, o estimulante mais eficaz à coesão dos Estados", pág. 14. Stanislas Andreski, *Wars, Revolutions, Dictatorships. Studies of historical and contemporary Problems, from a comparative view Point*, Londres, Franz Cass, 1992. Ver também Martin Shaw, "War and the National State in

social theory", in David Heid e John B. Thompson (eds.), *Social Theory of Modern Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

18. K.J. Holsti, "L'État et l'état de Guerre", art. cit.; Michael Howard, *La Guerre dans l'histoire de l'Occcident*, Paris, Hachette-Pluriel, 1988; John Keegan, *A History of Warfare*, Londres, Huntchinson, 1993 e Russell Leng, *Interstate Crisis behaviour, 1816-1980: Realism versus Reciprocity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
19. Guy Hermet, *Culture et démocratie*, Paris, Albin Michel/UNESCO, 1994, pág. 228.
20. A propósito do caso cambojano, a análise de Christian Lechervy, "Le Khmer rouge: *homo bellicus versus homo economicus*", *Cultures et conflits* (8), Inverno 1992-1993, págs. 3-14. Ver mais genericamente para uma perspectiva teórica dos conflitos do pós guerra fria, o excelente artigo de Didier Bigo, "Les conflits bipolaires: dynamiques et caractéristiques", *Cultures et conflits"(8)*, Inverno 1992-1993, págs. 3-14.
21. *International Herald Tribune*, 14 de Janeiro 1993.
22. Elizabeth Becker, "The Guarantors should help Protect Cambodja from the Thais", *International Herald Tribune*, 19 de Maio de 1993.

CAPÍTULO VII

1. Robert Mundell e Alexander Swoboda definem um sistema como um "agregado de unidades diferentes que mantêm entre si interacções regulares com o fim de assegurar uma forma de controlo", R. Mundell e A. Swoboda (eds.), *Monetary Problems of the International Economy*, Chicago, University of Chicago Press, 1969, pág. 343. Ver também George Modelski, *Long Cycles in world Politics*, Londres, Mac Millan, 1987.
2. Nunca será demais insistir sobre o facto de que o factor fundamental da mundialização reside em primeiro lugar na redução dos custos da informação e da sua transmissão, isto independentemente das "economias de escala" realizadas. Assim, um computador dotado de uma potência de 4.5 milhões de instruções por segundo passou de 4,5

milhões de dólares em 1980 a 10.000 dólares em 2000. Michael Norton, *The Corporation of the 1990's. Information technology and organizational transformation*, Oxford, Oxford University Press, 1991, pág. 9.

3. United Nations, *World Investment Report, 1993. Transnational Corporation and Integrated International Production*, New York, United Nations, 1993, pág. 160.

4. Jean-Marc Ferry, *Les puissances de l'éxpérience*, Paris, CERF, 1991, pág. 18. A mundialização levanta naturalmente outras questões de sentido que não podemos senão esboçar, mas que estruturarão a partir de agora uma boa parte da reflexão em relações internacionais no futuro. Entre elas, a mais importante respeita ao elo entre a soberania e a territorialidade. Este elo está no centro da reflexão de economistas, particularmente os que se encontram confrontados com as seguintes questões: o carácter "nacional" da propriedade tem ainda um significado real? A localização de uma empresa no território nacional é condição de uma autonomia nacional? A nacionalidade dos accionistas tem consequências nas escolhas da empresa? Pode-se identificar a concorrência entre empresas nacionais a uma concorrência entre nações? Não existem respostas categóricas para todas estas questões. E deste ponto de vista , não se pode dizer que as reflexões científicas ou para-científicas sobre o assunto sejam destituídas de toda a subjectividade nacional. De um modo geral, a literatura japonesa tende a subestimar ao mais alto grau a questão nacional. Para Kenichi Ohmae, o paladino da globalização, a questão nacional não faz mais sentido no plano económico. Mas é possível perguntar com legitimidade se esta interpretação não está, consciente ou inconscientemente, ao serviço dos interesses económicos japoneses que têm por característica serem simultaneamente muito mundializados mas também "imunizados" contra qualquer controlo estrangeiro. Ver Kenichi Ohmae, *The borderless world. Power and Strategy in the interlinked Economy*, New York, Harper Business, 1990. Encontra-se este mesmo tipo de ambiguidade nos escritos de Robert Reich, em *L'Économie mondialisée*, Paris, Dunod, 1992, a propósito do caso americano. Para Susan Strange que se interessou pelas relações entre empresas e o Estado nas relações internacionais, o problema maior das relações interestados é o da atracção. Não se trata mais de adquirir um território, mas sim de atrair para o seu território investimentos produ-

tores de valor acrescentado. V. "State, Firms and Diplomacy", *International Affairs* 68 (1),1992, pág. 7.
Em *Global financial Integration*, Richard O'Brien pôs em evidência através de estudos dos mercados financeiros os limites da "desterritorialização". Sublinha que mesmo no domínio mais volátil e mais imaterial (a finança), a localização desempenha um papel não desprezável. "Há ainda fortes tendências a favor de uma concentração geográfica das bolsas e das operações das sociedades que intervêm na bolsa", pág. 77. Ver por fim o excelente relatório do Grupo dos Dez, *International Capital Movements and foreign Exchange Markets A report to the Ministers and Governors by the Group of Deputies*, Abril 1993 Ver por fim o suplemento ao *The Economist*, 27 Junho 1992.
Num plano mais geral, existe agora uma literatura muito abundante sobre a questão da soberania. Há primeiro as reflexões dos juristas que nos incitam a repensar o problema da soberania a partir dos trabalhos básicos de Jean Bodin. Voltar a Bodin é indispensável se se quer precisamente compreender como a sua reflexão se tornou obsoleta. Bodin identifica a soberania ao "carácter absoluto da potência de comando (do Estado) sem grau de superioridade". Ora, de facto, (a mundialização económica e financeira) ou de direito (o Tratado de Maastricht), a soberania dos Estados está mais do que nunca partilhada. Que esta partilha seja consentida e não imposta não retira nada à sua realidade. O Estado encontra-se por toda a parte no mundo numa situação que Bodin qualifica de "monstruosa": precisamente a da partilha da sua soberania, da sua limitação por outros actores, do carácter frágil da sua unidade. Certamente Bodin coloca a ideia de partilha da soberania na ordem interna: recusa admitir limites à *plenitudo potestatis* do soberano. Mas a dimensão internacional do problema está implicitamente contida na sua análise. Quando afirma que "o rei de França é imperador no seu reino", opõe claramente esta soberania absoluta, num quadro territorial e nacional, a um *imperium*, a um *dominus mundi* fundado sobre fidelidades tão vastas geograficamente como frouxas juridicamente. Por isso seria demasiado simples ver nesta desterritorialização que é também uma desnacionalização, um processo linear e unívoco. Por um lado porque os actores que corroem a soberania do Estado não têm nenhuma pretensão a substituir-se plena e conscientemente a ele e a propor um sentido

colectivo. Por outro lado, para não ser menos real, a erosão da lógica interestadual na dinâmica mundial está longe de ser total ou irreversível. Da mesma maneira que foram necessários vários séculos aos estados europeus não só para se verem livres da autoridade do Papa, mas para estabelecer entre si relações fundadas sobre outros princípios que não a pertença à mesma comunidade cristã, decorrerá um longo período entre a erosão do sistema interestadual nas relações mundiais e a organização destas mesmas relações mundiais fora do sistema dos Estados. Entre os trabalhos sobre Bodin, citamos: Julian H. Franklin, *Jean Bodin et la naissance de la théorie absolutiste*, Paris, PUF, 1993; Simone Goyard-Fabre *Jean Bodin et le droit de la Republique*, Paris, PUF, 1989; Simone Goyard-Fabre, *Les fondements de l'ordre juridique*, Paris, PUF, 1992; Georges Mairet, *Le Maître et la Multitude. L'État moderne entre Machiavel, Shakespeare et Gorbachev*, Paris, Éditions du Felin, 1991 e Blandine Kriegel, *La République incertaine*, Paris, Quai Voltaire, 1993. Os internacionalistas não deixam de participar neste debate. Citamos entre outros: R.B.J. Walker e Saul Mendlovitz (eds.), *Contending Sovereignties. Redifining political Communities*, Boulder, Lyenne Rienner Publishers, 1990; Cornelia Navari (ed.), *The Condition of States. A Study in International political Theory*, Philadelphia, Open University Press, 1991; L.J. Blake, *Sovereignty, Power beyond politics*, Sheapheard, Walwyn, 1988 e Joseph Camillieri e Jim Falk (eds.), *The end of Sovereignty. The Politics of a shrinking and fragmenting world*, Londres, Elgar, 1992. Em língua francesa, a melhor introdução ao assunto encontra-se em Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts, *Le retournement du monde*, Paris, Dalloz/ /Presses de la FNSP, 1992.

5. Uma sondagem recente mostrou que em França, o receio do desemprego estava muito desigualmente partilhado. 79% dos assalariados do sector público declaram não ter receio de perder o seu emprego dentro de um ano contra 57% para os assalariados do sector privado. *La Croix*, 22 de Setembro de 1993.

6. Michel Bon, *Les atitudes devant le travail*, Paris, Institut de l'Enterprise, 1993, pág. 14

7. Ibid., pág. 16

8. *Journal de Génève*, 1 Agosto 1993.

9. *La Croix*, 12 de Outubro de 1993. Sobre a desilusão ecuménica, ver o artigo de Michel Kubler sobre as "oscilações da unidade cristã", *La Croix*, 6 Agosto de 1993.

10. Esta evolução foi notavelmente bem expressa por Pierre Rosanvallon, em *La nouvelle crise de L'État-Providence*, Notes de la fondation Saint-Simon, Setembro 1993.

11. Sobre esta relação entre sentido, trabalho e identidade, remetemos para as importantes reflexões desenvolvidas a este respeito pela revista *Échanges et Projets*, particularmente ao número de Março de 1990, que reuniu os contributos de Bernard Perret, de Patrick Viveret e de Jean Baptiste de Foucault. Ver também Jacques Danzelot (dir.), "Perante a exclusão. O modelo francês", *Esprit 1991*. Sobre a relação analógica entre exclusão interna e exclusão internacional, ver Zaki Laïdi, "A exclusão Planetária", *Libération*, 16 de Julho de 1991.

12. Sobre o desenvolvimento do movimento secessionista nas províncias do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, ver "Trying to Head off a Brazilian Breakaway", *Financial Times*, 3 de Novembro de 1992.

13. Bernard Perret, "Feu le parti des salariés", *Libération*, 1 de Março de 1993.

14. "O mal democrático", entrevista com Marcel Gauchet. *Esprit*, Outubro de 1993: "De uma economia religiosa que a fazia proceder do exterior e do desejo do humano, passamos a uma economia em que ela se manifesta entre os homens e eles próprios tomados como sociedade", pág. 70.

15. Este conceito de oscilação da ameaça para o interior, das sociedades ou dos indivíduos que a compõem, encontra-se ainda em vários campos sociais, atestando assim a sua amplitude e realidade. François Ewald em *Le problème français des accidents thérapeutiques. Enjeux et solutions*, Paris, Ministère de la Santé et de L'Action humanitaire, La Documentation française, 1992, liga esta internalização da ameaça a uma releitura do progresso: este não deixa só de ser considerado como linear, mas cada vez mais ambivalente, mesmo ambíguo: "O mal não é mais o que se opõe ao bem, ele acompanha-o, reforça-o", pág. 45.

CAPÍTULO VIII

1. Isto é claramente revelado pelos recentes debates sobre a "cláusula social" que precederam a criação da organização do Comércio mundial. Os perigos desta abordagem e desta evolução foram bem sublinhados por Jagdish Bhagwati em *The World Trading System at Risk*, Londres, Harvester, 1991, pág. 21.

2. Esta teoria da acção baseada no domínio dos processos está no centro da análise de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard, 1991. Não fizemos aqui mais do que alargá-la de maneira analógica ao campo internacional. Esta necessidade que têm agora todos os actores sociais de intervir em vários mundos é tratada na longa análise crítica aos trabalhos de Boltanski e Thévenot que fez Nicolas Dodier em *Critique*, Junho, Julho 1991, pgs. 427-458.

3. Sobre as modalidades de adaptação das forças armadas ao pós guerra fria, remetemos para a excelente síntese de Alain Baer, "Que exércitos numa nova ordem internacional'", *Défense Nationale*, Março de 1992, bem como ao relatório exaustivo de Jean-Michel Boucheron, *Paix et Défense*, Paris, Dunod, 1993. As implicações destas mudanças na cooperação interforças em França foram bem sintetizadas por Yves Dujardin, "La coopération inter-armées en France", Memória IEP, 1993.

4. Este desenvolvimento sobre a articulação entre sentido e poder militar deve muito à reflexão de Philippe Delmas, que quis fazer connosco a propósito da sua comunicação sobre "O sentido do poder militar", Paris, séminaire "Ordre mondial relâché", CERI, 9 de Novembro 1993.

5. Este problema é expresso de modo muito convincente por Claude Gilbert em *Le pouvoir en situation extrême. Catastrophes et politique*, Paris, L'Harmattan, 1992. Sublinha a dificuldade com que o poder político depara ao gerir catástrofes naturais ou tecnológicas, porque já não possui os meios de se distanciarem em relação a estas crises. "Il n'est pas face à la crise, il est pris dans la crise." Aí ainda, a analogia com o campo internacional parece-nos muito marcada. pág. 247.

6. Ver o relatório sóbrio, crítico e circunstanciado da intervenção da ONU na Somália feito por Africa Rights, *Somalia: Operation "Restore*

Hope". A Preliminary Assessment, Londres, Maio 1993. Mario Bettati sublinha por seu lado e não sem razão que "a ser suprimida a diplomacia humanitária, não se acrescentaria nada à diplomacia clássica". "Acção humanitária do estado e diplomacia" em *Mélanges Merle. Les relations Internationales à l'épreuve de la science politique*, Paris, Economica, 1993, pág. 272.

7. Clifford Geerz, "The uses of diversity", citado por Alexander Nehamas, "La marque du poète", in Lire Rorty, *Le pragmatisme et ses conséquences*, Paris, L'Éclat, 1992, pág. 112.

8. Sobre esta dinâmica do poder económico que não permite já derivação, ver Sylvia Ostry, "The Impact of globalization: Convergence or Conflict, TEP – Toward techno-globalism", Paris, OCDE, 1990, pág. 7.

9. É cada vez maior o número de economistas que concordam em afirmar que a existência de um saldo comercial positivo ou negativo não têm em si importância. Contudo os governos não deixam de apresentar os números mensais do comércio externo como boletins de vitória (ou de derrota). Carlos Alberto Michalet resume o argumento nos seguintes termos: "Na óptica de uma empresa, importa pouco que os seus resultados consolidados sejam o resultado das suas exportações ou das vendas das suas filiais no estrangeiro. Para julgar da competitividade de uma economia nacional, é necessário (...) acrescentar às receitas de exportações e às despesas de importações, as vendas e as compras das filiais. As filiais das empresas nacionais vendem nos mercados de implantação e muitas vezes exportam para terceiros mercados (...). A agregação do conjunto destas transações fornece a melhor avaliação da competitividade industrial de um país", "Globalization, attractivité et politique industrielle", Paris, colóquio GEMDEV, Fevereiro 1993, pág. 7.

10. Esta diferença entre propriedade e controlo foi bem apresentada a propósito do caso americano por Théodore H. Moran, "The Globalization of America's defense industries. managing the threat of foreign dependence", *International Security*, Verão 1990, pgs. 57-99.

11. *Financial Times*, 30 de Agosto de 1992.

12. Ibid., 10 de Maio de 1993

13. Sobre a questão da fungibilidade do poder, ver John Nye, *Bound to Lead. The changing Nature of american Power*, New York, Basic Books,

1990. Ver também Zaki Laïdi (dir.), *L'ordre mondial relâché, obra cit.*, pág. 19.

14. Ver Christopher Layne, "The unipolar illusion. Why new great powers will rise", *International Security*, Primavera 1993.

15. Robert Gilpin, *War and Change in world Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pág. 125. Em *The Shape of european History* (1974), William Mc Neill lembra-nos aliás que no mundo "pré-moderno", sociedades economicamente avançadas eram muitas vezes destruídas ou exploradas por sociedades menos avançadas. Foi pois a modernidade que estabeleceu esta equivalência entre poder económico e poder militar.

16. Ver Mary Kaldor, *Problems of Adjustment to lower Levels of military spending in developed and developing Countries*, Washington, Banco Mundial, 1991, pág. 5; François Chesnais (dir.), *Compétitivité internationale et dépenses militaires*, Paris, Economica, 1990, pág. 17 e OCDE, *La technologie et l'économie. Les rélations déterminantes*, Paris, OCDE (programa TEP), 1992, pág. 274.

17. Ver *Die Gezähmten Deutschen*, Stuttgart, Deutsche Verlagsanstalt, 1985.

18. Sobre a questão de saber de que país desejariam inspirar-se para o futuro, os alemães responderam 40% à Suíça, 29% à Suécia. Os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha não recolheram senão 6, 8 e 2% dos sufrágios, respectivamente. É interessante pôr em relação esta questão com uma segunda: "Com qual país desejaria ter nos próximos anos melhores relações ou mais estreitas?". A Rússia vem à cabeça. *Financial Times*, 4 de Janeiro de 1991.

19. Jean Michel Boucheron, *Paix et Défense*, Paris, Dunod, 1992, pág. 529.

20. Idem, pág. 332

21. Ver acerca deste ponto a obra de Luc Boltanski, *La souffrance à distance. Morale humanitaire, medias et politique*, Paris, Métaillé, 1993.

22. François Ewald, entrevista ao *Le Monde*, 21 de Abril de 1993.

23. François Ewald, *Le problème français des accidents thérapeutiques, obra cit. pág. 45.* Nunca é demais insistir que as reflexões de François Ewald sobre o estado e particularmente sobre os temas da "precaução" ou da

"vulnerabilidade" são muito evocadoras para todos os que concebem o campo das relações internacionais não como uma disciplina "territorializada", mas pelo contrário como uma disciplina cujo interesse seria produzir um "ponto de vista sobre o mundo", "dessectorializando-se".

24. *Financial Times*, 15 de Fevereiro de 1994

25. Ann Markusen, "Dismantling the cold war economy", *World Policy Journal*, Verão 1992, 9 (3), págs. 389-399.

26. Sobre a questão financeira da ONU como alibi para a falta de vontade política das potências dominantes do sistema internacional para actuar através da ONU, ver *Financial Times*, 19-20 de Junho de 1993, *The Economist*, 12 de Junho de 1993. Ver também o excelente artigo de Stanley Hoffman, "Delusions of World Order", *New York Review of Books*, 9 de Abril de 1992. Ver também "L'ordre neuf du président Bush", *Esprit*, Junho de 1991, no qual Marie-Claude Smouts mostra muito claramente os limites da "nova ordem mundial onusiana" e isto em plena "euforia unipolar". Ver também para uma avaliação muito recente do futuro da ONU, Gareth Evans, *Cooperating for Peace: the global Agenda for the 1990's and beyond*, Sydney, Allen and Unwin, 1994 e Brian Urquhart, "Who can police the world?", *New York Review of Books*, 12 de Maio de 1994, págs. 29-33.

27. Shafiqul Islam e Michael Mandelbaum, *Making Markets. Economic Transformation in Eastern Europe and the post-Soviet States*, New York, Council on Foreign Relations, 1993.

28. *Financial Times*, 27 de Maio de 1993

29. John Gray, *Post-communist Societies in Transition: a social Market Perspective*, Londres, Social Market Foundation, 1994. Este opúsculo oferece o melhor contributo para o debate sobre a questão do modelo de referência na Europa de Leste.

30. Pierre Hassner, "La guerre et la paix", in S. Rials e A. Renaut, *Philosophie politique*, Paris, PUF.

31. Mireille Delmas-Marty, *Pour un droit commun*, Paris, Le Seuil, 1994, pág. 274.

32. *Financial Times*, 13 de Julho de 1994.